

ANEXO F

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Núcleo de Estudos de População

Relatório 2

Projeto Urbis Amazônia

Caracterização de Meso-Escala

Características socioeconômicas dos municípios do projeto e um olhar aprofundado sobre Mobilidade, Migração, Emprego e Condições Socioeconômicas das Famílias em seis municípios: Marabá, Parauapebas, São Félix do Xingu, Altamira, Santarém e Itaituba

Autores:

Roberto L. do Carmo
Ricardo S. Dagnino
Marcio B. Caparroz
Samira El Saifi
Carla Craice

Outubro de 2013

(Revisão de maio de 2014)

Conteúdo

1.	Nota introdutória: “Cidades-nós” ou “municípios nós”?	7
2.	Os 31 municípios do Projeto UrbisAmazônia	10
2.1	Características gerais da população	10
3.	As “cidades-nós” do UrbisAmazônia	17
3.1	Contextualização	17
3.2	Estrutura Etária e Razão de Sexo	17
3.3	Crescimento populacional e processo de urbanização	20
3.4	Migração	22
4.	Considerações finais	35
5.	Referências	37
6.	Apêndices	40

Lista de Figuras

Figura 1 – Municípios do Pará e municípios do Projeto Urbis Amazônia	10
Figura 2 – Taxas de crescimento demográfico por localidade e conjunto de municípios Urbis	14
Figura 3 – Grau de urbanização por localidade e conjunto de municípios Urbis	15
Figura 4 – População urbana e rural nos setores censitários dos 31 municípios do UrbisAmazônia.....	16
Figura 5 – Estrutura etária dos municípios selecionados - 2000 e 2010	18
Figura 6 - Razão de Sexos por situação do domicílio em 2010.....	20
Figura 7 - Quesitos sobre naturalidade e residência anterior (última etapa), em 2000.	23
Figura 8 - Quesitos sobre naturalidade e residência anterior (última etapa), em 2010.....	24
Figura 9 - Quesitos sobre residência em 31 de julho de 1995 (data fixa), em 2000.	24
Figura 10 - Quesitos sobre residência em 31 de julho de 2005 (data fixa), em 2010.	24
Figura 11 - Quesito sobre deslocamento para trabalho ou estudo (mobilidade pendular) em 2000.....	25
Figura 12 - Quesitos sobre deslocamentos para trabalho e estudo (mobilidade pendular) em 2010.....	25
Figura 13 - População por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação, 2010.....	26
Figura 14 - População por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação, 2010.....	27
Figura 15 - População por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação, 2010.....	27
Figura 16 - Percentual de população ocupada total nos três setores da economia.	31
Figura 17 - Percentual de população ocupada em cada setor da economia segundo a condição de migrante, Parauapebas e Santarém, 2010.	32
Figura 18 - Grau de Informalidade da população, segundo a condição de migrante.	33

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População total, urbana e rural, taxa anual de crescimento (%) e Grau de Urbanização, por município e UF, 2000 e 2010.	12
Tabela 2 - População de mulheres, de homens e Razão de Sexos, Pará e municípios, 2000 e 2010	19
Tabela 3 - População total, urbana e rural e Taxas de Crescimento, por município e UF, 2000 e 2010.	20
Tabela 4 - Grau de Urbanização, por município e UF, 2000 e 2010.	21
Tabela 5 - Percentual dos imigrantes segundo município de residência atual e principais regiões de origem	28
Tabela 6 – Razão de sexos da população migrante, não migrante e total, percentual de migrantes por município.	30
Tabela 7 – População em Idade Ativa, Economicamente Ativa e Ocupada nos seis municípios segundo a condição de migrante ou não em números absolutos e percentuais, 2010	30
Tabela 8 – Grau de informalidade da população residente não migrante, migrante e total segundo município de residência em 2010.....	32
Tabela 9 – Média e mediana do rendimento no trabalho principal (R\$) dos migrantes e não migrantes segundo município, 2010.	33

Lista de Apêndices

Apêndice 1 – População urbana e rural dos 31 municípios em 2010.....	41
Apêndice 2 – Densidade demográfica da população total dos setores censitários (urbanos e rurais) em 2010.....	42
Apêndice 3 – População residente em áreas urbanas (vilas e cidades) e os limites das Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) em 2010.....	43
Apêndice 4 – Residentes em Santarém e Parauapebas em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos.	44
Apêndice 5 – Residentes em Altamira e São Félix do Xingu em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos.....	45
Apêndice 6 – Residentes em Itaituba e Marabá em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos.	46
Apêndice 7 – Percentual de população migrante e não migrante segundo o sexo e os grandes grupos etários.....	47
Apêndice 8 – População ocupada migrante e não migrante (em percentual) segundo setores da economia e município de residência em 2010.....	48
Apêndice 9 - Imigrantes de última etapa segundo município de residência em 2010 e principais municípios de origem do Maranhão.	48
Apêndice 10 - Residentes nos seis principais municípios em 2010, segundo o município de origem (última etapa).....	49
Apêndice 11 - Residentes em Parauapebas em 2010, segundo o município de origem (última etapa) e principais eixos de transporte – com ênfase nos municípios do Pará e Maranhão.	50

Resumo

Este relatório apresenta uma análise sociodemográfica panorâmica das 31 cidades abarcadas pelo Projeto UrbisAmazônia, no centro sul do Pará, com enfoque nas principais cidades, aqui consideradas Cidades-Nós da área estudada: Marabá, Parauapebas, São Félix do Xingu, Altamira, Santarém e Itaituba. O enfoque será direcionado para as análises sobre migração, ocupação e condições socioeconômicas das famílias nessas cidades.

1. Nota introdutória: “Cidades-nós” ou “municípios nós”?

O conceito de “cidade-nós” é designado para caracterizar os municípios que representam centros de dinâmicas socioeconômicas locais no espaço regional. São municipalidades com inserção relevante na socioeconomia regional, capazes de atrair importantes fluxos populacionais, seja pela oferta de serviços básicos, sobretudo os relacionados à saúde, seja por se constituírem em sedes de atividades econômicas e de ofertas de trabalho, como os municípios com grandes mineradoras ou nos quais estão em andamento grandes obras de infraestrutura. De toda forma, representam os pontos centrais de conexão das redes e microredes do espaço regional transmunicipal, nos quais há importantes fluxos de populações. Tais fluxos compreendem os fluxos migratórios, que condicionam a caracterização do processo de urbanização desses municípios, bem como permitem identificação redes migratórias.

Neste relatório do Projeto URBIS-Amazônia foram estudados 31 municípios compondo uma caracterização geral. E de forma específica foram abordadas seis principais cidades que, de alguma forma, atendem a esses critérios de “cidades-nós”. São elas: Altamira, Santarém, São Felix do Xingu, Itaituba, Parauapebas e Marabá. Neste relatório “Cidade-nó” compreende o município como um todo e não apenas a cidade, como sendo a sede urbana do município, segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins de coerência interna, neste relatório nos referimos a “cidade” como sendo o distrito sede do município, e “vila” como sendo a sede de um distrito que não é o distrito da sede municipal.

Os processos de ocupação humana na região associam-se aos distintos ciclos econômicos voltados à exploração de determinados recursos naturais ou a determinados usos da terra ao longo do tempo. Alguns elementos são fundamentais para compreender as dinâmicas desses ciclos, que refletem contextos socioeconômicos específicos. Um desses elementos refere-se aos principais eixos de acesso à região, que até meados do século XX, eram as vias fluviais nas bacias dos rios Xingu e Iriri e do Tapajós. Somente a partir das décadas de 1960 (Belém-Brasília) e de 1970 (Transamazônica e Cuiabá-Santarém) inicia-se a abertura de grandes rodovias federais, que se tornaram os principais eixos de ocupação territorial, do ponto de vista da distribuição da população humana e das mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia (D'ANTONA et al., 2009). Tais estradas impulsionaram um processo acelerado de ocupação na região, movimentando novas fronteiras econômicas, a exemplo do que ocorreu com os municípios de Anapu, Castelo dos Sonhos – Altamira, Novo Progresso e São Félix do Xingu (SAUER, 2007).

De acordo com Gonçalves (2001), a organização do espaço amazônico transcorreu, portanto, em dois grandes padrões: a partir do padrão rio-várzea-floresta e, com a abertura de estradas, a partir da estrada-terra firme-subsolo.

Durante parte do período colonial, sobretudo a partir de 1850, até as primeiras duas décadas do século XX vigorou o ciclo da Borracha, cujo *boom* durou aproximadamente 20

anos. Criou-se uma demanda de mão-de-obra para extração do látex, matéria-prima para a fabricação da borracha, houve incentivo governamental para a vinda de trabalhadores, que chegaram aos milhares. Em sua grande maioria eram imigrantes do Nordeste, atraídos especificamente para a produção de borracha, e contratados principalmente através do sistema de aviação. A borracha era escoada por rio até Belém. Nas décadas que seguiram o esgotamento da exploração extrativista da borracha, grande parte dos trabalhadores migrou para os núcleos urbanos mais próximos da região (Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio são núcleos urbanos remanescentes desse período) ou se fixou na floresta, vivendo do extrativismo, agricultura de subsistência e pesca.

Um novo período de povoamento e exploração dessa região foi marcado pela redefinição da estrutura socioeconômica anterior, através dos projetos de colonização oficial do governo federal, da expansão das atividades agropecuárias e da interiorização do povoamento por meio de um sistema planejado de ocupação do território, tendo no transporte rodoviário o principal eixo articulador da espacialidade regional (D'ANTONA et al., 2009). Fato é que o primeiro grande fluxo de migrantes para a região corresponde à economia da borracha, enquanto que o segundo momento mais importante nessa dinâmica, refere-se ao período a partir da década de 1960, que se caracterizou pela política de desenvolvimento regional e integração do território nacional.

Os primeiros centros urbanos da região eram aqueles situados nas margens dos grandes rios. Novos centros urbanos surgem a partir dos eixos rodoviários, enquanto os antigos centros ganham ainda mais importância na medida em que são servidos tanto pelos rios como pelas estradas. Os centros urbanos concentram a maior parte da população da região, bem como são neles que se localizam os principais centros de decisões, fontes de serviços públicos e privados e mercado de trabalho, é a “floresta urbana”, na concepção de Berta Becker. Esses fatores determinam a redistribuição espacial da populacional regional, os fluxos migratórios (rural-urbano ou urbano-urbano), além de desempenharem papel importante por oferecer serviços que não estão disponíveis em grande parte dos municípios da região.

No tocante à história das emancipações municipais da região, que refletem através da institucionalização a consolidação do processo de ocupação do espaço, a maior parte deles teve como origem os municípios de Altamira, Santarém, Itaituba e Marabá. Destes quatro são originários quase todos os demais municípios da região.

De acordo com Pinheiro et al. (2011), a primazia da metrópole de Belém perde a amplitude, ainda que permaneça como núcleo central do estado. A diminuição de sua importância ocorre em função da interiorização da atividade produtiva e econômica no estado do Pará nas últimas décadas. Para a autora,

A forma difusa como o capitalismo se expandiu no estado do Pará fez com que houvesse um crescimento de médias, mas principalmente, de pequenas cidades, localizadas em geral fora do eixo metropolitano e dinamizadas pela mineração e pelas atividades relacionadas à agricultura, à pecuária, à mineração e ao carvoejamento. (PINHEIRO et al., 2011, p.18)

A autora afirma que o Pará avançou no fortalecimento de uma rede urbana regional mais complexa, em que cidades como Santarém, Itaituba e Marabá, consolidaram-se como centros urbanos nucleadores de subsistemas de cidades no estado do Pará. Marabá e Itaituba exercem papéis importantes, na medida em que são nódulos da configuração sul da rede urbana regional, principalmente ao longo dos eixos rodoviários. Por sua vez, Santarém possui um papel mais amplo na medida em que se posiciona como nóculo na ligação entre as áreas de influência de Belém e Manaus, principalmente ao longo da malha fluvial. (PINHEIRO et al., 2011, p.8). Esses municípios são considerados por ela como subpolos econômicos, nos quais Marabá tem sua economia associada à exploração mineral de Carajás e à produção de ferro gusa, Santarém é um subpolo estratégico por sua localização no entorno da floresta amazônica e Itaituba é um subpolo que se caracteriza pela forte relação com o norte do Mato Grosso e a expansão em direção ao porto de Santarém/PA, além de possuir um intenso processo de ocupação (PINHEIRO et al., 2011, p.10).

Em relação aos demais municípios que são aqui concebidos como municípios-nós do centro-sul paraense, Paraupébas nasceu e cresceu em função da presença de atividades minerais; São Félix do Xingu tem sua dinâmica associadas à expansão da fronteira agropecuária e das atividades de exploração madeireira.

No caso de Altamira, por se localizar, às margens do rio, se constituiu como um núcleo importante na malha do rio Xingu, bem como na rede urbana regional. A partir dos anos 1970, passou por um processo intenso de transformação com a construção da rodovia Transamazônica, que alterou a rede urbana nessa região e, por conseguinte, a ocupação e uso do solo. Altamira ampliou seus fluxos e relações, tendo a rodovia, como principal eixo de integração regional (GONÇALVES, 2001). É fundamental levar em consideração que em Altamira e região, o padrão e perfil demográficos tendem a sofrer bruscas alterações (PINHEIRO et al., p.12). Essas mudanças decorreram historicamente de momentos que foram marcados pela chegada de fluxos migratórios significativos, que impactaram a composição e estrutura demográfica local. No período mais recente tem se configurando uma nova dinâmica territorial no município, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que tem como uma de suas consequências o aumento considerável de sua população.

De forma geral, o que se observa no contexto de urbanização e estruturação produtiva na região, “é a constante transformação, rápida e violenta de dinâmicas socioespaciais anteriormente existentes, e que são fortemente marcadas tanto pelas ações do Estado, quanto por suas articulações com o capital produtivo” (PINHEIRO et al., 2012, p.8).

2. Os 31 municípios do Projeto UrbisAmazônia

Os municípios do Projeto Urbis Amazônia foram divididos segundo três grupos, de acordo com a área de estudo (Figura 1):

- Urbis 1: Água Azul do Norte, Bannach, Canaã dos Carajás, Cumaru do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguara.
- Urbis 2: Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Juruti, Medicilândia, Placas, Porto de Moz, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.
- Urbis 3: Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão

Brasil - Estado do Pará - Municípios do Projeto UrbisAmazônia

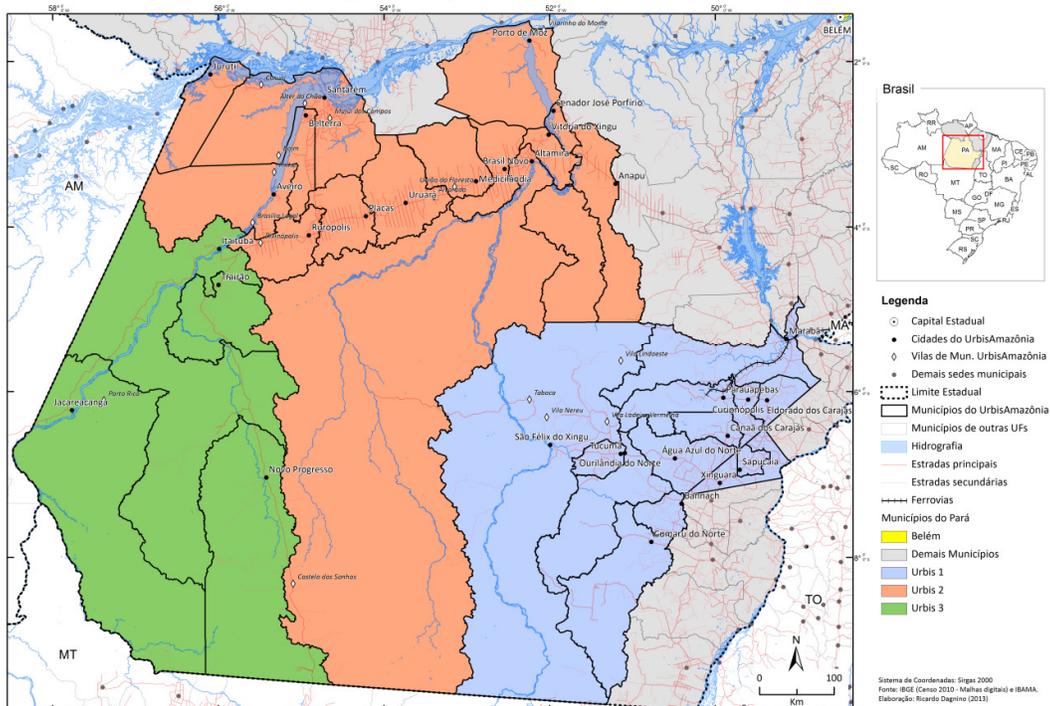


Figura 1 – Municípios do Pará e municípios do Projeto Urbis Amazônia

2.1 Características gerais da população

Este item trata dos volumes de população e do crescimento demográfico experimentado nas últimas décadas nos municípios do Estado do Pará. Estes números referem-se à população rural, população urbana e população total. Também é analisada a composição etária da população e o grau de urbanização.

2.1.1 Volumes de população e crescimento

No ano 2000 os 31 municípios abrangidos pelo Projeto Urbis abrigavam uma população de aproximadamente 1,19 milhões de pessoas, o que representava 19,2% da população do estado do Pará. Essa população chegou a 1,52 milhões de pessoas no ano de 2010, cerca de 20,5% da população estadual.

O grupo de municípios do Urbis 1 apresentou o crescimento mais acelerado dentre os três grupos, com 4,5% ao ano, mais do que o dobro da média de crescimento do estado do Pará, o que evidencia a importância da dinâmica econômica da região, principalmente ligada às atividades de mineração, mas também a atividades agropecuárias, como é o caso de São Félix do Xingu, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - População total, urbana e rural, taxa anual de crescimento (%) e Grau de Urbanização, por município e UF, 2000 e 2010.

País, Município e UF	População residente										Grau de urbanização	
	Total			Urbana			Rural			Taxa anual de crescimento		
	2000	2010	Taxa anual de crescimento	2000	2010	Taxa anual de crescimento	2000	2010	Taxa anual de crescimento	2000	2010	2000
Brasil	169 799 170	190 755 799	1,17	137 953 959	160 925 804	1,55	31 845 211	29 829 995	-0,65	81,2	84,4	
Pará	6 192 307	7 581 051	2,04	4 120 693	5 191 559	2,34	2 071 614	2 389 492	1,44	66,5	68,5	
Belém	1 280 614	1 393 399	0,85	1 272 354	1 381 475	0,83	8 260	11 924	3,74	99,4	99,1	
RMAB-Exceto Belém	875 065	1 122 592	2,52	735 369	927 985	2,35	139 696	194 607	3,37	84,0	82,7	
Demais Mun.	2 846 072	3 504 424	2,10	1 405 915	1 849 649	2,78	1 440 157	1 654 775	1,40	49,4	52,8	
Urbis 1												
Água Azul do Norte	22 084	25 057	1,27	2 827	4 876	5,60	19 257	20 181	0,47	12,8	19,5	
Bannach	3 780	3 431	-0,96	1 189	1 282	0,76	2 591	2 149	-1,85	31,5	37,4	
Canaã dos Carajás	10 922	26 716	9,36	3 924	20 727	18,11	6 998	5 989	-1,54	35,9	77,6	
Cumaru do Norte	5 978	10 466	5,76	1 374	2 711	7,03	4 604	7 755	5,35	23,0	25,9	
Curionópolis	19 486	18 288	-0,63	13 250	12 530	-0,56	6 236	5 758	-0,79	68,0	68,5	
Eldorado dos Carajás	29 608	31 786	0,71	14 112	16 578	1,62	15 496	15 208	-0,19	47,7	52,2	
Marabá	168 020	233 669	3,35	134 373	186 270	3,32	33 647	47 399	3,49	80,0	79,7	
Ouriândia do Norte	19 471	27 359	3,46	9 689	19 913	7,47	9 782	7 446	-2,69	49,8	72,8	
Parauapebas	71 568	153 908	7,96	59 260	138 690	8,88	12 308	15 218	2,14	82,8	90,1	
São Félix do Xingu	34 621	91 340	10,19	12 530	45 113	13,67	22 091	46 227	7,66	36,2	49,4	
Sapucaia	3 796	5 047	2,89	2 682	3 325	2,17	1 114	1 722	4,45	70,7	65,9	
Tucumã	25 309	33 690	2,90	16 496	26 907	5,01	8 813	6 783	-2,58	79,9	79,9	
Xinguara	35 220	40 573	1,42	26 264	31 492	1,83	8 956	9 081	0,14	74,6	77,6	
Urbis 2												
Altamira	77 439	99 075	2,49	62 285	84 092	3,05	15 154	14 983	-0,11	80,4	84,9	
Anapu	9 407	20 543	8,12	3 083	9 833	12,30	6 324	10 710	5,41	32,8	47,9	
Aveiro	15 518	15 849	0,21	2 980	3 179	0,65	12 538	12 670	0,10	19,2	20,1	
Belterra	14 594	16 318	1,12	5 126	6 852	2,94	9 468	9 466	0,00	35,1	42,0	
Brasil Novo	17 193	15 690	-0,91	4 371	6 899	4,67	12 822	8 791	-3,70	25,4	44,0	
Juruti	31 198	47 086	4,20	10 780	15 852	3,93	20 418	31 234	4,34	34,6	33,7	
Medicilândia	21 379	27 328	2,49	6 759	9 559	3,53	14 620	17 769	1,97	31,6	35,0	
Placas	13 394	23 934	5,98	3 534	4 854	3,22	9 860	19 080	6,82	26,4	20,3	

(Continua)

País, Município e UF	População residente										Grau de urbanização	
	Total			Urbana			Rural					
	2000	2010	Taxa anual de crescimento	2000	2010	Taxa anual de crescimento	2000	2010	Taxa anual de crescimento	2000	2010	
Porto de Moz	23 545	33 956	3,73	10 230	14 583	3,61	13 315	19 373	3,82	43,4	42,9	
Rurópolis	24 660	40 087	4,98	8 419	15 273	6,14	16 241	24 814	4,33	34,1	38,1	
Santarém	262 538	294 580	1,16	186 297	215 790	1,48	76 241	78 790	0,33	71,0	73,3	
Senador José Porfírio	15 721	13 045	-1,85	5 331	6 470	1,96	10 390	6 575	-4,47	33,9	49,6	
Uruará	45 201	44 789	-0,09	13 166	24 430	6,38	32 035	20 359	-4,43	29,1	54,5	
Vitória do Xingu	11 142	13 431	1,89	3 932	5 362	3,15	7 210	8 069	1,13	35,3	39,9	
Urbis 3												
Itaituba	94 750	97 493	0,29	64 486	70 682	0,92	30 264	26 811	-1,20	68,1	72,5	
Jacareacanga	24 024	14 103	-5,19	5 670	4 930	-1,39	18 354	9 173	-6,70	23,6	35,0	
Novo Progresso	24 948	25 124	0,07	9 628	17 717	6,29	15 320	7 407	-7,01	38,6	70,5	
Trairão	14 042	16 875	1,85	3 008	5 679	6,56	11 034	11 196	0,15	21,4	33,7	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010.

Nota: Taxa de crescimento calculada pelos autores. Taxa de Crescimento refere-se ao crescimento geométrico anual entre 2000 e 2010.

Dentre os municípios mais populosos do projeto UrbisAmazônia estão Santarém, Marabá, Parauapebas, Altamira, Itaituba e São Félix do Xingu, cuja população somada representa, em 2010, aproximadamente 1 milhão de pessoas, o que equivale a 75% da população total dos municípios estudados.

Na Tabela 1 evidencia-se que a população urbana dos municípios compreendidos pelo UrbisAmazônia, em 2010, representava 20% da população urbana do Pará, enquanto a população rural dos municípios, em 2010, representava 22% da população rural do Pará.

Em relação às taxas de crescimento demográfico, a Figura 2 mostra que no Brasil, a taxa de crescimento da população total foi positiva (1,17% a.a.), embora tenha sido negativa para a população rural (essa população diminuiu numa taxa de 0,65 % ao ano). No conjunto de municípios do UrbisAmazônia, as taxas de crescimento da população total foram mais elevadas do que as taxas do Brasil. Entretanto, observa-se que especificamente para a população rural, a tendência é de decréscimo.

Taxa de crescimento demográfico anual (%), por situação rural e urbana, entre 2000 e 2010

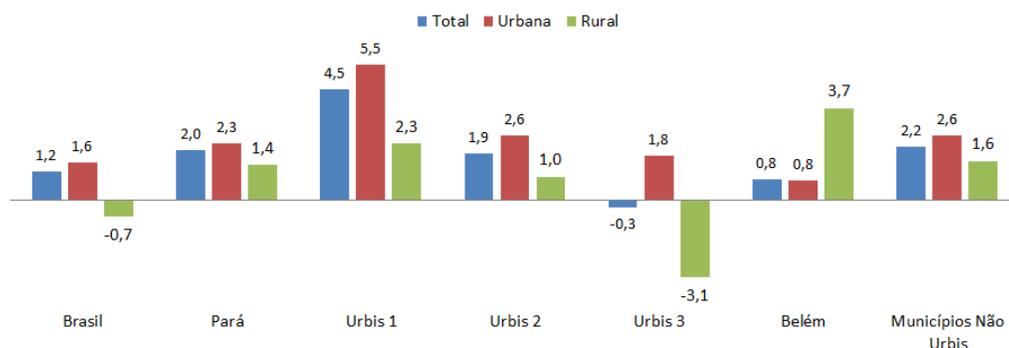


Figura 2 – Taxas de crescimento demográfico por localidade e conjunto de municípios Urbis

Fonte: IBGE - Censos demográficos 2000 e 2010

Esta tendência de decréscimo da população rural vem se mantendo ao longo das décadas recentes e está associada ao enfraquecimento ou abandono das políticas públicas de assentamento e de crédito direcionada à agricultura familiar para a região, que foi iniciada nos anos de 1970. Em contrapartida, em alguns de principais municípios da região (tais como Parauapebas, Marabá, Santarém e Altamira), as principais atividades que dinamizam a economia e os empregos na região passaram a se concentrar em áreas urbanas, atraindo contingentes populacionais significativos, especialmente de mão-de-obra para estruturar os grandes empreendimentos. Para viabilizar estes empreendimentos, em sua maioria privados, o Estado realiza investimentos em serviços e infraestrutura. Mesmo que insuficientes para atender a demanda populacional, a possibilidade de ter algum acesso a bens e serviços é um

dos motivos que também atrai fluxos populacionais para os centros urbanos (PINHHEIRO et al., p.19, 2012).

2.1.2 Grau de urbanização

Na Figura 3, observa-se que o grau de urbanização aumentou em todas as localidades analisadas. No Brasil, a proporção de residentes em áreas urbanas passou de 81%, em 2000, para 84%, em 2010. No conjunto de municípios do Urbis, a tendência foi de crescimento no grau de urbanização, embora no Urbis 1 o grau continue sendo mais elevado do que no Urbis 2 e 3. Cabe destacar que dentro dos conjuntos Urbis existem municípios onde o grau de urbanização é inferior a 50%, ou seja, a maior parte da população não vive em áreas urbanas.

No Urbis 1, a população rural supera a população urbana em municípios como São Félix do Xingu (grau de urbanização de 49%) e Água Azul do Norte (20%). No Urbis 2, isso ocorre por exemplo em Aveiro e Placas (com grau de urbanização de 20%, aproximadamente). No Urbis 3, ocorre em Jacareacanga e Trairão, como evidencia a Tabela 1.

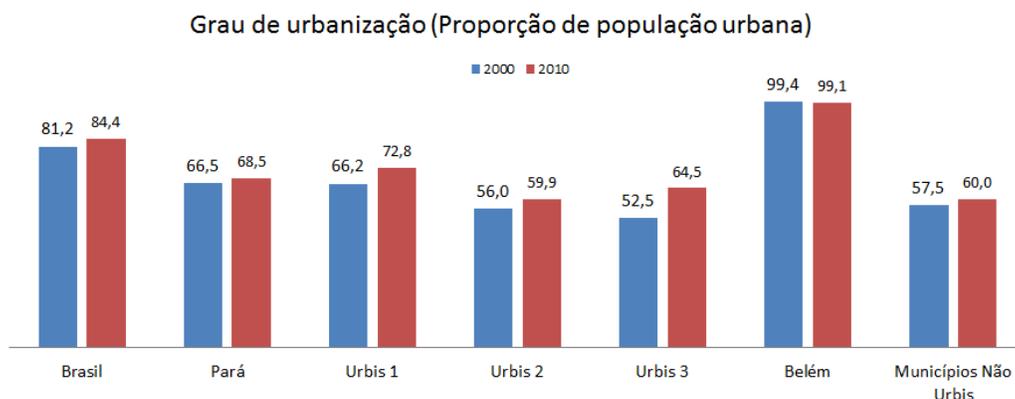


Figura 3 – Grau de urbanização por localidade e conjunto de municípios Urbis

Fonte: IBGE - Censos demográficos 2000 e 2010

A Figura 4, reproduzida em melhor resolução no Apêndice 1, com o mapa da população urbana e rural nos setores censitários dos 31 municípios do UrbisAmazônia mostra como a população está concentrada nas áreas urbanas e como existem extensas áreas rurais com pouca ou mesmo ausência de população. No Apêndice 2, o mapa apresenta as densidades demográficas, onde se percebe que elevadas densidades nas margens das estradas como é o caso da BR-230 (Transamazônica) e das rodovias que conectam São Félix do Xingu a Marabá e Xinguara (PA-150 e PA-279) e nas margens dos rios, o Rio Amazonas e Rio Tapajós (nas proximidades de Santarém).

Por outro lado percebem-se grandes espaços pouco habitados (com densidades menores que um habitante por quilômetro quadrado) que ocupam vastas extensões dos

territórios municipais. Sendo que são, muitas vezes, territórios ocupados por populações tradicionais ou indígenas dentro de áreas protegidas como Unidades de Conservação e Terras Indígenas (Apêndice 3).

Brasil - Estado do Pará - Setores censitários dos Municípios do projeto UrbisAmazônia

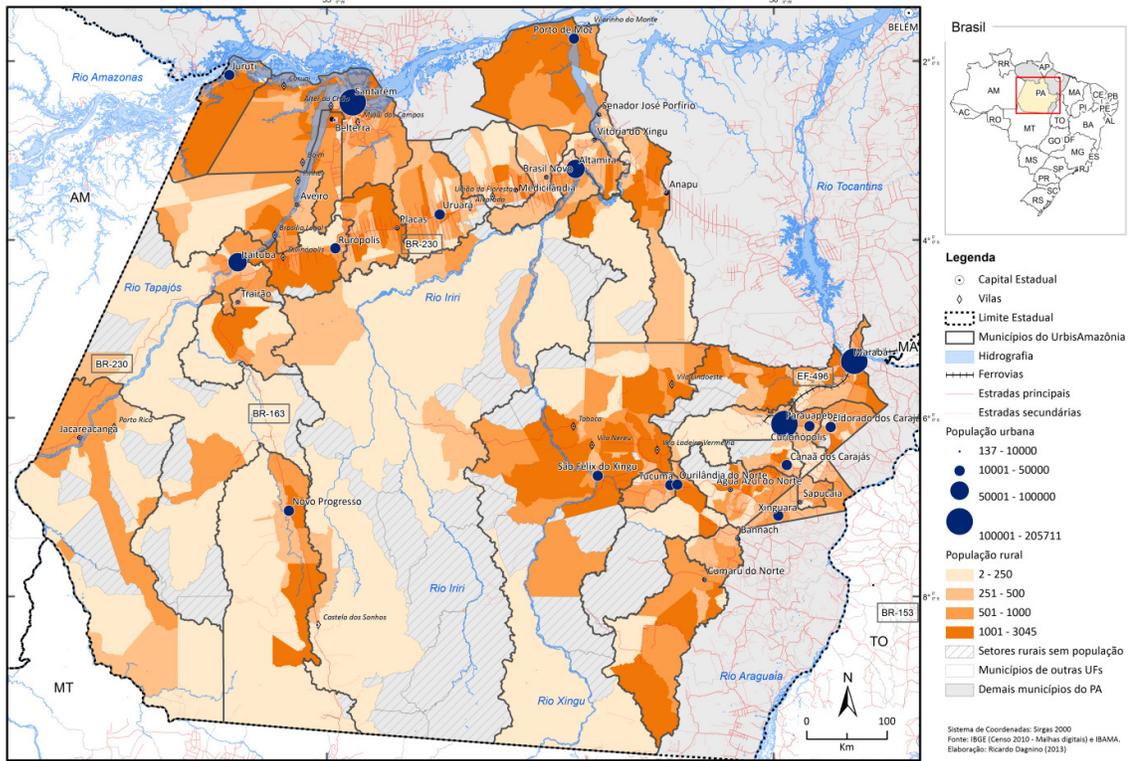


Figura 4 – População urbana e rural nos setores censitários dos 31 municípios do UrbisAmazônia.

Fonte: IBGE - Censos demográficos 2000 e 2010

3. As “cidades-nós” do UrbisAmazônia

3.1 Contextualização

O que se tem observado na região amazônica no contexto de sua urbanização e estruturação produtiva, é a constante transformação, rápida e intensa de dinâmicas socioespaciais anteriormente existentes, e que são fortemente marcadas tanto pelas ações do Estado, quanto por suas articulações com o capital produtivo.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o Governo Federal intensificou a sua atuação na região amazônica estabelecendo um conjunto de políticas de desenvolvimento que visavam explorar os vastos recursos naturais existentes (objetivos econômicos) e integrar a região ao contexto nacional (objetivos geopolíticos), seja por meio da implementação de projetos de colonização (cujos reflexos culminaram no crescimento demográfico), seja pela criação de uma rede de infraestrutura de estradas e rodovias, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Perimetral Norte que resultaram na ocupação das terras da Amazônia, o surgimento de novas cidades no entorno das rodovias, crescimento populacional e a transformação da base produtiva da região.

Esses processos não resultaram apenas no crescimento populacional, mas também estabeleceram características específicas em termos da composição da população por sexo e idade. Essas características estão associadas principalmente à seletividade migratória de determinados espaços e momentos históricos, como no caso da mineração, que atraiu grandes contingentes populacionais de homens solteiros, que até hoje impactam a razão de sexos de alguns municípios do Pará (CORRÊA e CARMO, 2012).

A seguir apresenta-se uma discussão sobre algumas características da composição da população dos municípios mais populosos focalizados no âmbito do UrbisAmazônia, que configuram o que estamos denominando de “cidades-nós”.

3.2 Estrutura Etária e Razão de Sexo

A Figura 5 representa a estrutura etária e por sexo dos municípios mais populosos do Urbis 1 (Santarém, Altamira), Urbis 2 (Marabá, Parauapebas e São Félix do Xingu) e Urbis 3 (Itaituba) para os períodos censitários de 2000 e 2010.

A variação nas formas das pirâmides etárias permite visualizar aspectos do histórico da dinâmica demográfica brasileira, em especial o processo da transição demográfica, cujo componente principal a queda da fecundidade (CARMO e DANTONA, 2011). Na Figura 4 o reflexo da queda da fecundidade evidencia-se pela diminuição da base das pirâmides de todos os municípios, ou seja, pela diminuição do peso relativo dos grupos etários entre 0 e 14 anos de idade, sendo que neste grupo etário não existe diferenças significativas entre a proporção de homens e mulheres.

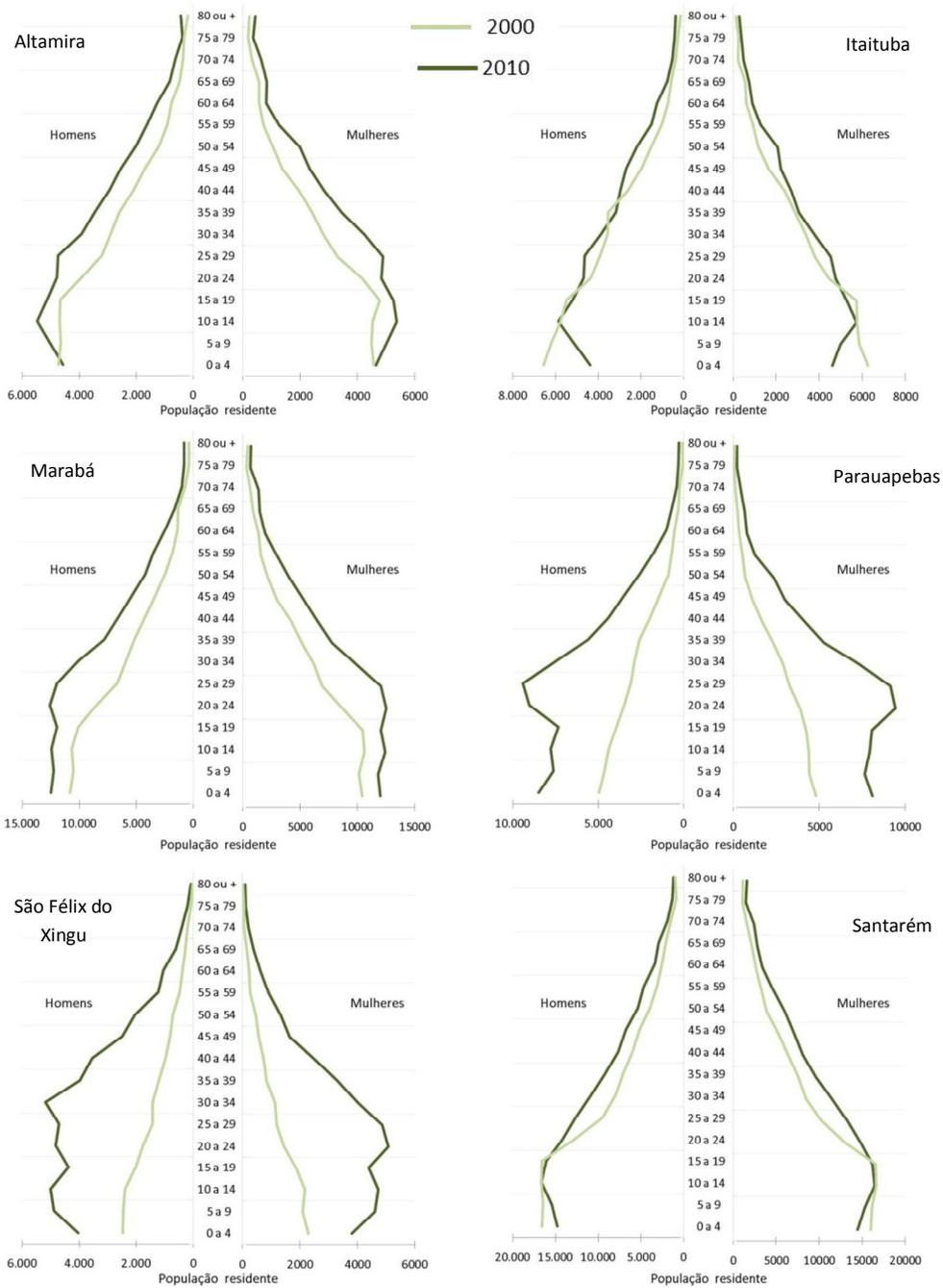


Figura 5 – Estrutura etária dos municípios selecionados - 2000 e 2010

Fonte: Elaboração dos autores baseado em IBGE - Censos Demográficos 2000/2010.

A população em idade (PIA) é composta pelo grupo populacional entre 15 e 59 anos de idade. Em geral, é neste grande grupo etário que se evidenciam os efeitos da seletividade migratória. A seletividade está associada às especificidades de processos econômicos e sociais, nas quais pode ocorrer a atração de grupos de idade e sexo específicos, como é o caso de homens jovens para o trabalho realizado nos garimpos, mulheres jovens para trabalho em atividades domésticas e de serviços. Dependendo do tamanho e duração desses processos eles podem impactar a composição por sexo e idade, tornando-se identificáveis nas pirâmides.

A seletividade migratória pode ser identificada no caso de Parauapebas, com saliências nos grupos populacionais entre 20 e 29 anos de idade, e de São Félix do Xingu, com saliências principalmente no grupo 30 a 34 anos entre os homens e 20 a 24 anos entre as mulheres.

A Razão de Sexos expressa a relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres. O indicador é influenciado por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade. A Razão de Sexos auxilia na compreensão das decorrências de fenômenos sociais relacionados a migrações e mercado de trabalho, tendo em vista que esses processos podem ter seletividade por idade e também por sexo.

Os dados dos municípios enfocados (Tabela 2) revelam que todos eles, com exceção de Santarém, possuem maior proporção de homens do que de mulheres. Em São Félix do Xingu é ainda mais expressiva a quantidade de população masculina em relação à feminina, sendo sua razão de sexos de 114,2 homens para cada 100 mulheres em 2010. Considerando o Brasil como parâmetro, a razão de sexos naquele momento era de 95,9. Com relação à capital da UF, Belém, cuja razão de sexos é de 89,7, a distância em relação aos valores encontrados para o conjunto desses municípios aumenta significativamente. Em geral, observa-se que há predominância da população feminina nas áreas mais urbanizadas.

Tabela 2 - População de mulheres, de homens e Razão de Sexos, Pará e municípios, 2000 e 2010

Unidade da Federação e Município	Homens		Mulheres		Razão de Sexo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Marabá	84 709	118 195	83 311	115 473	101,7	102,4
Parauapebas	36 269	77 893	35 299	76 014	102,7	102,5
São Félix do Xingu	19 086	48 691	15 534	42 648	122,9	114,2
Altamira	39 381	49 820	38 059	49 257	103,5	101,1
Santarém	130 402	145 534	132 136	149 046	98,7	97,6
Itaituba	48 661	49 681	46 090	47 810	105,6	103,9
Pará	3 133 986	3 821 840	3 061 979	3 759 214	102,4	101,7

Fonte: IBGE. Censo 2000 e 2010. Tabela 200 - População residente por sexo, situação e grupos de idade.

Na Figura 6 observa-se que assim como no Brasil e no Pará, nos seis municípios há predomínio de mulheres na área urbana, enquanto nas áreas rurais predomina a população masculina. Trata-se de um processo recente, concomitante ao processo de deslocamento das populações rurais para as áreas urbanas, que levou a uma “masculinização” das áreas rurais (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998).

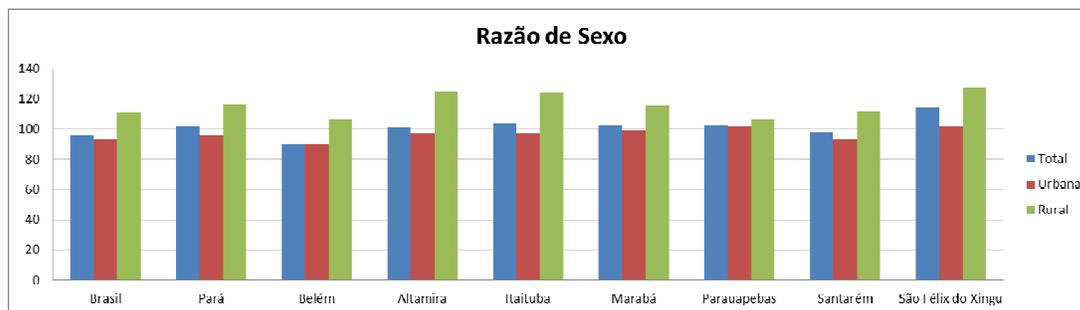


Figura 6 - Razão de Sexos por situação do domicílio em 2010.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (SIDRA Tabela 200).

3.3 Crescimento populacional e processo de urbanização

A Taxa de Crescimento indica o ritmo de crescimento populacional, medido através do percentual de aumento médio anual da população residente nos municípios analisados, no período entre 2000 e 2010. Além do crescimento vegetativo, resultante do balanço entre natalidade e mortalidade, a dinâmica das migrações, com o balanço entre imigrantes e emigrantes, tem papel decisivo no cálculo dessa taxa.

Na Tabela 3 é possível constatar que o município mais populoso é Santarém, com mais de 294,5 mil habitantes. Por ser um município antigo, apresenta uma dinâmica diferente dos demais do grupo considerado, uma vez que há várias décadas possui um volume populacional expressivo, resultante de um histórico aproveitamento de sua posição geográfica estratégica de entroncamento da malha hídrica, que durante séculos foi a principal forma de comunicação e transporte na Amazônia. Entretanto, durante a década de 2000 a velocidade do crescimento populacional foi inferior à média do estado do Pará.

Tabela 3 - População total, urbana e rural e Taxas de Crescimento, por município e UF, 2000 e 2010.

Município e UF	Total			Urbana			Rural		
	2000	2010	Taxas de Crescimento	2000	2010	Taxas de Crescimento	2000	2010	Taxas de Crescimento
Marabá	168 020	233 669	3,35	134 373	186 270	3,32	33 647	47 399	3,49
Parauapebas	71 568	153 908	7,96	59 260	138 690	8,88	12 308	15 218	2,14
S.F. Xingu	34 621	91 340	10,19	12 530	45 113	13,67	22 091	46 227	7,66
Altamira	77 439	99 075	2,49	62 285	84 092	3,05	15 154	14 983	-0,11
Santarém	262 538	294 580	1,16	186 297	215 790	1,48	76 241	78 790	0,33
Itaituba	94 750	97 493	0,29	64 486	70 682	0,92	30 264	26 811	-1,20
Pará	6 192 307	7 581 051	2,04	4 120 693	5 191 559	2,34	2 071 614	2 389 492	1,44

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010.

Nota: Taxa de crescimento calculada pelos autores. Taxa de Crescimento refere-se ao crescimento geométrico anual entre 2000 e 2010.

O município de Marabá é o segundo mais populoso, com 233,6 mil habitantes em 2010. Entretanto, diferentemente de Santarém, apresentou taxas expressivas de crescimento populacional (3,35% a.a.), o que revela que esse município recebeu um contingente expressivo de migrantes no período.

Parauapebas também apresentou taxas expressivas de crescimento populacional no período, de quase 8% ao ano, fazendo com que a população mais do que dobrasse no período, chegando a 153,9 mil habitantes, ultrapassando Altamira e Itaituba, que eram municípios mais populosos até a década de 2000.

Corrêa e Carmo (2012) mostram que Marabá e Parauapebas estão inseridas em um contexto econômico e social marcado pela mineração. E que essa atividade, na medida em que passa por um processo de expansão e de grandes investimentos principalmente a partir da década de 2000, tem atraído migrantes de maneira significativa.

Em termos de taxas, o município de São Felix do Xingu foi o que apresentou o crescimento mais significativo, de mais de 10% a.a. A dinâmica da fronteira de ocupação fez com que a população do município passasse de 34,6 mil habitantes para 91,3 mil habitantes entre 2000 e 2010. Essa dinâmica é marcada pelo crescimento tanto da população urbana, que cresceu a 13,6% ao ano no período, mas também pelo significativo crescimento da população rural, que mais do que dobrou no período, crescendo a uma taxa de 7,6% a.a. Embora a concentração da população residindo em áreas urbanas tenha aumentado de maneira significativa, em 2010 cerca da metade da população municipal residia em áreas rurais (Tabela 4).

Altamira (2,5% a.a.) apresentou na década de 2000 um crescimento que esteve um pouco acima da média do Pará (2% a.a.). É importante destacar que os dados do Censo de 2010 foram coletados em um momento em que ainda não estava concedida a licença ambiental do IBAMA para o início das obras de infraestrutura da construção, o que aconteceu apenas em janeiro de 2011. A partir dessa licença, mesmo com o acirramento do conflito envolvendo grupos contrários à instalação da usina, o afluxo de imigrantes aconteceu de maneira intensa. Principalmente de trabalhadores em busca de oportunidades de inserção nos postos de trabalhos que passaram a ser gerados. A partir do início das obras, no ano de 2011, existem estimativas (obtidas em entrevistas de campo) de que a população local foi acrescida em 40%. Entretanto, essas estimativas necessitam de confirmação.

Na Tabela 4 nota-se que a concentração populacional em áreas urbanas é predominante, e que foi crescente no período, mesmo no caso de São Félix do Xingu, que é o município com menor proporção de população urbana.

Tabela 4 - Grau de Urbanização, por município e UF, 2000 e 2010.

Município e UF	Grau de urbanização	
	2000	2010
Marabá	80,0	79,7
Parauapebas	82,8	90,1
São Félix do Xingu	36,2	49,4
Altamira	80,4	84,9
Santarém	71,0	73,3
Itaituba	68,1	72,5
Pará	66,5	68,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010.

3.4 Migração

3.4.1 Conceito e Análise dos Aspectos Socioeconômicos dos Migrantes.

O conceito de migrante, de uma forma geral, envolve a mudança de residência para outro município, unidade da federação (UF) ou país, num determinado período. Depende do interesse específico do estudo, a partir do qual se elege o quesito e a variável que captam a migração.

Os principais quesitos utilizados para captar os migrantes no Censo Demográfico são: (a) naturalidade, sendo a localidade de nascimento a UF e o país; (b) local de residência há exatos cinco anos da data de referência do Censo, conhecido como data fixa; (c) local de residência anterior, denominado por última etapa; coletado apenas para quem reside há menos de dez anos ininterruptos no município. Trata do último movimento realizado pelo migrante na última década. Usualmente, esse último movimento é desagregado pelo tempo de chegada ao local de residência atual.

O estudo das migrações permite construir e analisar matrizes migratórias – que expressam o volume do fluxo migratório para cada local de origem e de destino. Neste trabalho, tratamos dos fluxos migratórios envolvendo municípios de interesse específico com os demais municípios do Pará e com as demais UF's.

Além da identificação dos principais fluxos migratórios é possível realizar a caracterização dos migrantes e comparar as características da população migrante e população não-migrante. Também é possível identificar os principais municípios de origem e suas características, no sentido de buscar indícios sobre formação de redes sociais de migração.

Outra forma de captar a dinâmica de mobilidade espacial da população é através da mobilidade pendular. Esta refere-se aos deslocamentos populacionais para outro(s) município(s) ou país para trabalho e/ou ao estudo sem troca de endereço/residência. Difere, portanto da migração, uma vez que os indivíduos retornam do trabalho (diariamente ou não) para o município onde residem. É também chamada de pendularidade. Para o caso do Censo 2010, foi coletado o tempo gasto nos transportes ao trabalho/estudo e se há o retorno diário para a residência. A mobilidade espacial da população pode ser medida, por exemplo integrando-se a mobilidade espacial com a migração, ou seja medindo a pendularidade dos migrantes.

A seguir são apresentados recortes do questionário da amostra do Censo 2000 e 2010 com as questões referentes à migração:

- Nas figuras 7 e 8 constam as informações sobre naturalidade e residência anterior (última etapa);
- Nas figuras 9 e 10 estão as perguntas sobre residência cinco anos antes do Censo (data fixa);
- Nas figuras 11 e 12 constam as questões sobre deslocamento para trabalho ou estudo (mobilidade pendular).

Importante notar que do Censo 2000 para o Censo 2010 houve inclusão de quesitos, como o tempo gasto na mobilidade ao trabalho (Figura 12). Porém houve exclusão de categorias de resposta, como por exemplo, a questão sobre data fixa que em 2010 (4.24 – Onde residia em 31 de julho de 1995?) deixou de captar as mudanças de residência rural e urbana (Figura 9).

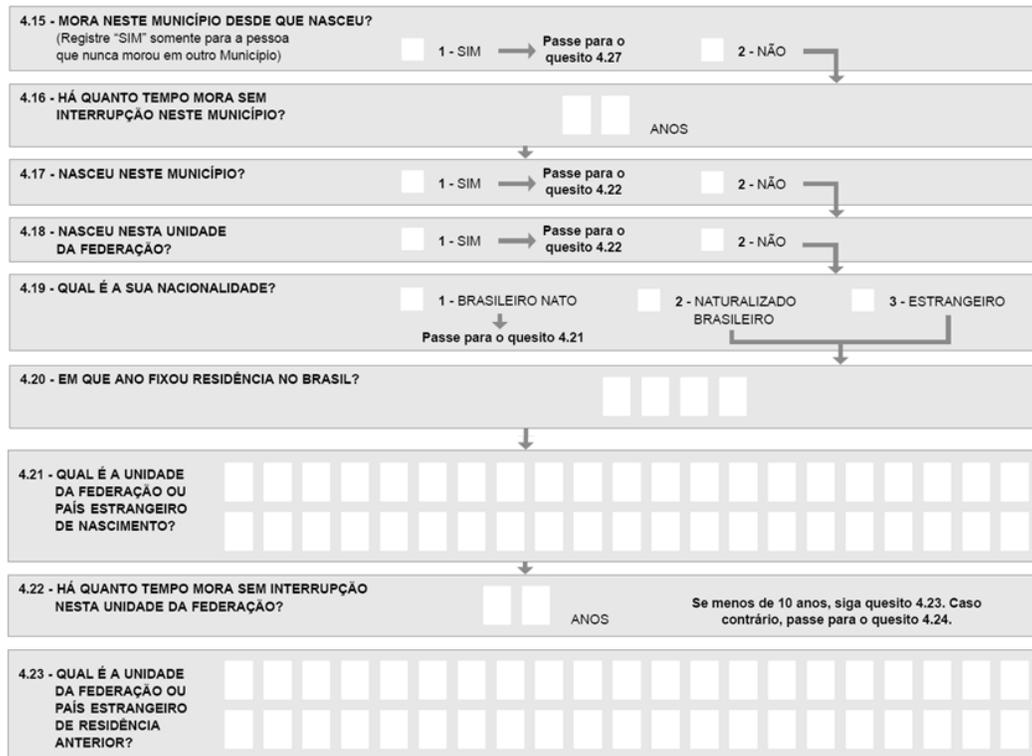


Figura 7 - Quesitos sobre naturalidade e residência anterior (última etapa), em 2000.

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – Questionário da amostra

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	
6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28) <input type="checkbox"/> 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.19)	
6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe ao 6.24) <input type="checkbox"/> 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.20)	
6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE? <input type="checkbox"/> 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 6.22) <input type="checkbox"/> 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21) <input type="checkbox"/> 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)	
6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL? <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> ANO Siga 6.22	6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO Siga 6.23
6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> Siga 6.24	6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> NÚMERO DE ANOS (Se mora há menos de 10 anos, siga 6.25.) (Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Caso contrário, passe ao 6.28)
6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.251 - UF <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.253 - MUNICÍPIO <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se no quesito 6.24 mora há menos de 6 anos e tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.26) (Se no quesito 6.24 mora há 6 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Se tiver menos de 5 anos de idade, passe ao 6.28)	

Figura 8 - Quesitos sobre naturalidade e residência anterior (última etapa), em 2010

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010 – Questionário da amostra

4.24 - ONDE RESIDIA EM 31 DE JULHO DE 1995? <input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO, NA ZONA URBANA <input type="checkbox"/> 2 - NESTE MUNICÍPIO, NA ZONA RURAL <input type="checkbox"/> 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO, NA ZONA URBANA <input type="checkbox"/> 4 - EM OUTRO MUNICÍPIO, NA ZONA RURAL <input type="checkbox"/> 5 - EM OUTRO PAÍS <input type="checkbox"/> 6 - NÃO ERA NASCIDO	<div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> → Passe para o quesito 4.27 <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> → Siga quesito 4.25 <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> → Passe para o quesito 4.26 <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> → Passe para o quesito 4.27
4.25 - EM QUE MUNICÍPIO RESIDIA EM 31 DE JULHO DE 1995?	<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px; display: inline-block;"></div>
4.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO RESIDIA EM 31 DE JULHO DE 1995?	<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px; display: inline-block;"></div>

Figura 9 - Quesitos sobre residência em 31 de julho de 1995 (data fixa), em 2000.

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – Questionário da amostra

6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.261 - UF <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.263 - MUNICÍPIO <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; display: inline-block;"></div> 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)

Figura 10 - Quesitos sobre residência em 31 de julho de 2005 (data fixa), em 2010.

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010 – Questionário da amostra

4.27 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA OU ESTUDA?		1	<input type="checkbox"/>	1 - NESTE MUNICÍPIO	<input type="checkbox"/>	2 - NÃO TRABALHA, NEM ESTUDA
Registre XX nas quadriculas referentes à sigla da UF, se preencher o nome do País Estrangeiro SIGLA DA UF		3	<input type="checkbox"/>			
NOME DO MUNICÍPIO OU DO PAÍS ESTRANGEIRO		4				

Figura 11 - Quesito sobre deslocamento para trabalho ou estudo (mobilidade pendular) em 2000

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – Questionário da amostra

DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)	
6.36 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)?	
<input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO - (Se tem 10 anos ou mais de idade, Passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70) <input type="checkbox"/> 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO	
6.361 - UF	6.363 - MUNICÍPIO
<input type="checkbox"/> 3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO 6.365 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)	
DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO	
6.60 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?	
<input type="checkbox"/> 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70) <input type="checkbox"/> 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 6.61) <input type="checkbox"/> 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (Siga 6.601 e 6.603)	
6.601 - UF	6.603 - MUNICÍPIO
(siga 6.61)	
<input type="checkbox"/> 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (Siga 6.605) 6.605 - PAÍS ESTRANGEIRO	
<input type="checkbox"/> 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	
6.61 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.62) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se for mulher, Passe ao 6.63. Se for homem, Passe ao 6.70)	
6.62 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO?	
<input type="checkbox"/> 1 - ATÉ 05 MINUTOS <input type="checkbox"/> 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS <input type="checkbox"/> 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA <input type="checkbox"/> 5 - MAIS DE DUAS HORAS <input type="checkbox"/> 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA (Se for mulher, Siga 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	

Figura 12 - Quesitos sobre deslocamentos para trabalho e estudo (mobilidade pendular) em 2010

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010 – Questionário da amostra

A primeira abordagem da migração dos municípios do Urbis Amazônia será realizada pela condição de naturalidade em relação ao município. Sendo assim, é considerado migrante: (1) aquele que não nasceu no município onde residia da data da realização do Censo; (2) nasceu no município onde residia da data da realização do Censo, porém, já morou em outro município – migrante de retorno. Os não-migrantes são aqueles que nunca saíram do município em que nasceram.

3.4.2 População residente por lugar de nascimento

O processo de ocupação da Amazônia, como também aconteceu para os municípios-nós em análise, foi viabilizado pela imigração de população de outras partes do Brasil, e do mundo. Os vastos contingentes populacionais que chegaram criaram redes, e em alguns casos reproduziram organizações de sociabilidade. As informações sobre o município de nascimento, ou sobre unidade federativa de nascimento, permitem reconstruir parte dos caminhos que foram percorridos por esses migrantes.

Nas figuras 13 e 14 estão apresentadas porcentagens da população por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação em 2010 para municípios selecionados. Importante notar que o quesito censitário utilizado para caracterizar a naturalidade, o lugar de nascimento, capta apenas os migrantes acumulados no lugar em que a informação censitária foi captada, entretanto não nos permite identificar o momento em que a migração aconteceu (CUNHA, 2012).

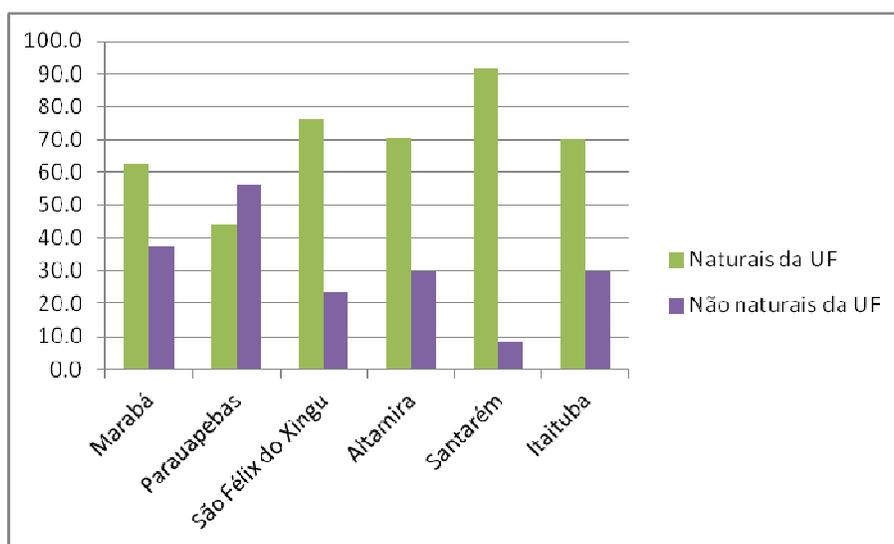


Figura 13 - População por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação, 2010

Fonte: IBGE, Censo 2010. Tabela 1505 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à unidade da federação - Resultados Gerais da Amostra.

A Figura 13 permite observar que no caso de Parauapebas mais da metade da população residente não nasceu no estado do Pará, assim como mais de 35% da população de Marabá e 30% da população de Itaituba. Santarém tem a maior proporção de naturais do Pará, o que deve estar ligado ao fato de ser o município de ocupação mais antiga e consolidada, o que é corroborado pela Figura 14, que mostra que quase 80% da população residente no município nasceram em Santarém mesmo.

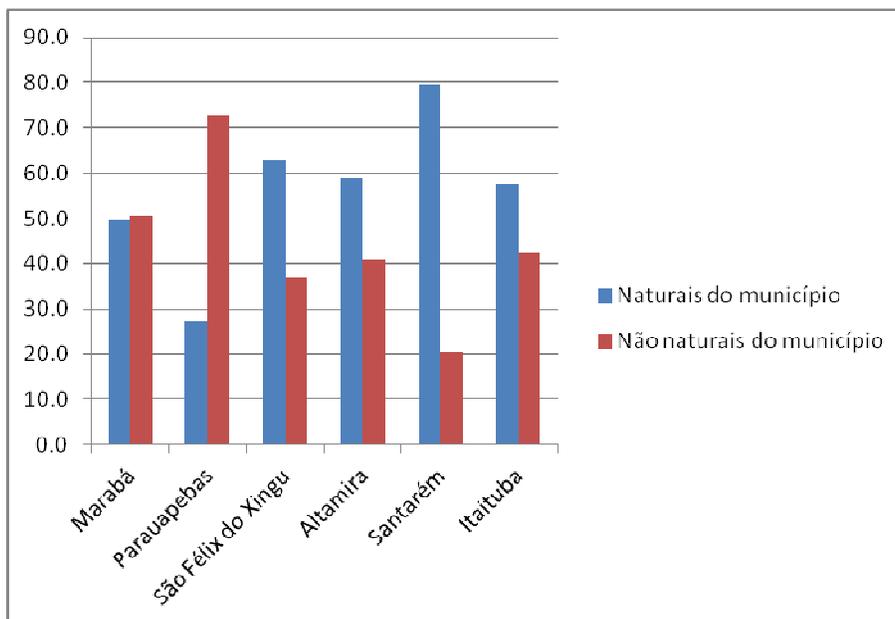


Figura 14 - População por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação, 2010.

Fonte: IBGE, Censo 2010. Tabela 1505 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à unidade da federação - Resultados Gerais da Amostra.

Considerando a naturalidade da população residente nos municípios percebe-se que em todos os municípios focalizados, assim como no caso do estado do Pará como um todo, os não-naturais, ou “life-time migrants” nasceram em estados da Região Nordeste, destacando-se que estes são quase metade no caso de Parauapebas, Tabela 15.

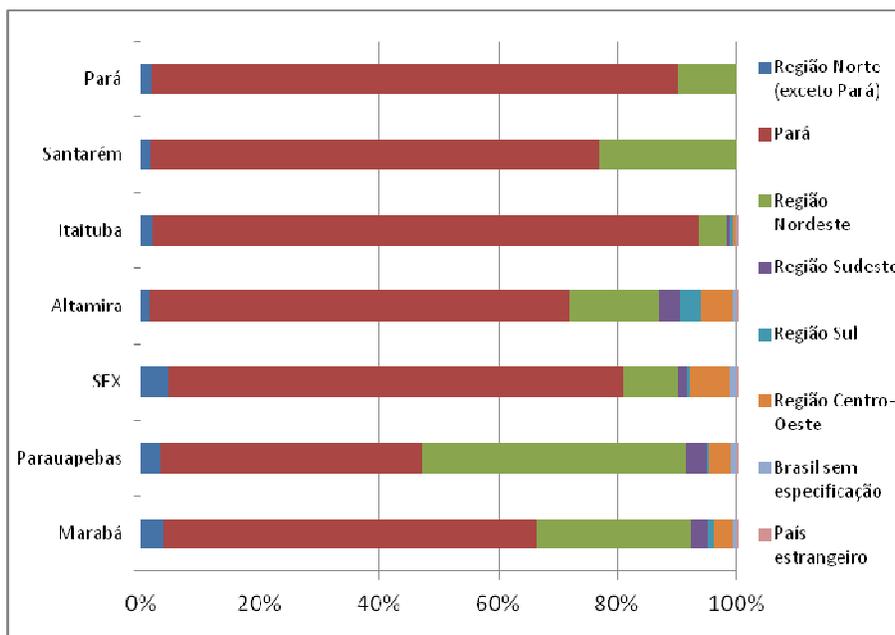


Figura 15 - População por naturalidade em relação ao município e Unidade de Federação, 2010.

Fonte: IBGE - Censo 2010 - Sidra Tabela 631 - População residente, por sexo e lugar de nascimento. Dados da Amostra.

As informações sobre naturalidade são importantes para entender as redes migratórias, tendo em vista que localizam o local de nascimento dos residentes, e a identificação desses locais de origem pode ajudar a identificar os fluxos que se constituíram ao longo do tempo.

3.4.3 Fluxos migratórios recentes

Os processos migratórios internos recentes são marcados por algumas mudanças significativas. Entre as décadas de 1960 e 1970 predominaram as migrações de longa distância, como os fluxos originários nos estados do Nordeste em direção a São Paulo. A partir da década de 1990 as migrações passaram a ser caracterizadas pelos deslocamentos de mais curta distância (BAENINGER, 2012). Nos municípios em análise observa-se que as trocas migratórias mais relevantes acontecem com municípios relativamente próximos, muito embora o estado do Maranhão seja a principal origem dos migrantes residentes em Parauapebas (44,1%), Marabá (28,9%) e Itaituba (17,6%). Destacando-se também as trocas migratórias com Belém, conforme os dados da Tabela 5.

Tabela 5 - Percentual dos imigrantes segundo município de residência atual e principais regiões de origem

Origem		Destino (Residência atual)					
		Urbis1	Urbis2	Urbis2	Urbis2	Urbis2	Urbis3
		Marabá	Parauapebas	São Félix do Xingu	Altamira	Santarém	Itaituba
RMB	Belém	5,0	3,8	2,0	5,5	8,9	3,4
Urbis1	Marabá		5,6	2,7	0,8	0,5	0,7
Urbis1	Parauapebas	3,1		0,6	0,4	0,2	0,4
Urbis1	Tucumã	0,4	0,4	12,1	0,1	0,1	
Urbis2	Medicilândia	0,1			5,9	0,1	
Urbis2	Santarém	0,7	0,2	0,1	1,9		14,5
Urbis2	Sen. J. Porfírio				4,2	0,1	0,1
Urbis3	Itaituba	0,3	0,3	0,2	3,3	8,3	
Urbis3	Jacareacanga		0,0		0,1	0,3	0,4
Urbis3	Novo Progresso		0,1		1,0	1,0	5,8
Outros Mun.	Alenquer				0,1	5,5	0,4
Outros Mun.	Monte Alegre					7,1	0,8
Outros Mun.	Redenção	0,6	0,4	6,3	0,1		0,1
Outra UF	Amazonas	0,5	0,4	0,2	0,7	18,3	5,6
Outra UF	Tocantins	7,7	3,9	13,2	1,6	0,2	1,1
Outra UF	Maranhão	28,9	44,1	10,8	8,5	2,9	17,6
Outra UF	Mato Grosso	0,6	1,1	1,1	19,0	2,6	9,7
Outra UF	Goiás	3,3	2,8	14,9	4,0	0,4	0,8
Soma		51,2	63,1	64,2	57,2	56,6	61,5
Volume total de Imigrantes⁽¹⁾		52 393	69 712	14 029	16 891	26 846	12 790

Fonte: IBGE, Censo 2010. Variável Última Etapa.

Nota: As cinco principais origens estão preenchidas com cinza.

(1) Imigrante – pessoa que reside há menos de 10 anos ininterruptos no município em 2010 (destino).

Dentre os municípios maranhenses que mais enviaram migrantes para os municípios do UrbisAmazônia destacam-se Imperatriz, São Luís e Açailândia, conforme pode ser constatado no Apêndice 9.

A Tabela 5 evidencia também a importância dos municípios do Mato Grosso, de onde são originários 19% dos imigrantes de Altamira. No caso de São Félix do Xingu destaca-se a importância dos estados de Goiás (14,9%) e Tocantins (13,2%) como origens dos imigrantes. Esses fluxos migratórios estão associados, em grande medida, às conexões viabilizadas pelas malhas de transporte. No caso de Altamira, a BR163 é a principal ligação, enquanto para São Félix a conexão

ocorre através da estrada Belém-Brasília, conforme pode ser constatado nas figuras dos Apêndices 4, 5 e 6.

As figuras dos Apêndices 4, 5 e 6 permitem visualizar com clareza a relação entre as malhas de transporte e as origens migratórias. Santarém e Itaituba apresentam como origem de seus migrantes de última etapa as pessoas originárias principalmente de municípios próximos no Pará e outros municípios no Amazonas, o que remete a um tipo de conexão associada principalmente pelo transporte através da malha hídrica. Já nos casos dos demais municípios é patente a importância das rodovias, que estruturam uma forma de ocupação do espaço.

3.4.4 Comparação entre migrante e não migrante

A seguir analisamos algumas características da população migrante e não migrante. O migrante foi definido como a pessoa que residia há menos de 10 anos ininterruptos no município onde foi recenseada em 2010. A origem da migração pode ser outro município – da mesma UF ou das demais UF's assim como pode ser país estrangeiro. O não migrante é aquele que, independentemente da naturalidade em relação ao município ou à UF, reside há mais de 10 anos ininterruptos no município.

Para os seis municípios selecionados, separamos não migrantes e migrantes para avaliar a população residente por sexo e grandes grupos de idade, razão de sexos, população em idade ativa, população economicamente ativa, população ocupada, população ocupada nos setores da economia e o grau de informalidade.

A tabela 6 inclui Belém na comparação das razões de sexo por apresentar uma situação de predomínio feminino muito diferenciada em relação ao Pará. Em 4 municípios a razão de sexo dos migrantes é menor do que a dos não migrantes. Destacamos Santarém e Belém, cujas razões de sexo dos dois grupos são menores do que 100. Ou seja, a população é majoritariamente feminina, principalmente entre aqueles que migraram há menos de 10 anos. Em Parauapebas, Marabá e São Félix, predominam os homens na população total, sendo isto ainda mais destacado entre os migrantes. Neste último município encontramos a maior disparidade entre os sexos. A população migrante de Altamira é predominantemente feminina, com razão de sexo 98,2 enquanto que a não migrante é mais masculina (ver a distribuição por grandes grupos etários e por sexo no Apêndice 7).

Uma informação importante obtida é o fato de que entre os 143 municípios do Pará, 99 apresentam razão de sexos dos migrantes menor do que a dos não migrantes. Isto significa que, no primeiro caso – em que as razões de sexo destes dois grupos são maiores que 100 – a **sobressalência** de homens em relação às mulheres entre migrantes é menor quando comparada com a população de não-migrantes. No segundo caso, quando as razões de sexo são menores do que 100, significa que as mulheres predominam na população total, mas principalmente entre os migrantes. Por último, quando a razão de sexo dos não migrantes é maior do que 100 e está abaixo deste valor para os migrantes, interpretamos que há predomínio feminino entre aqueles que migraram nos últimos 10 anos para o município e predomínio masculino entre os que são não migrantes. Interessante também foi verificar que o segundo e terceiro casos – em que a razão de sexos dos migrantes foi menor do que 100 – ocorreram em 66 municípios. Contrariamente ao que se espera: que a migração

é característica dos homens que vão trabalhar em outro município; observamos casos em que, entre os migrantes, o número de mulheres é maior do que o de homens.

Tabela 6 – Razão de sexos da população migrante, não migrante e total, percentual de migrantes por município.

Município em 2010	Razão de sexo			Percentual de migrantes na população
	Não migrante	Migrante	Total	
Altamira	101,8	98,2	101,1	18,1
Itaituba	103,3	107,4	103,9	15,0
Marabá	102,4	102,1	102,4	23,6
Parauapebas	100,5	104,9	102,5	46,2
Santarém	98,2	92,9	97,6	9,8
São Félix do Xingu	113,7	116,5	114,2	16,4
Belém	90,2	85,5	89,7	9,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

A população em idade ativa (PIA, população com 10 anos ou mais de idade) não-migrante é de cerca de 600 mil pessoas no conjunto dos municípios mais populosos do UrbisAmazônia, o que representa pouco mais da metade da PIA não-migrante de Belém, conforme pode observado na Tabela 7. Do total da PIA do ano de 2010, em Belém menos de 10% era migrante, proporção parecida com Santarém, mas bem abaixo quando se compara com Parauapebas, onde a PIA é composta em sua metade por imigrantes.

Tabela 7 – População em Idade Ativa, Economicamente Ativa e Ocupada nos seis municípios segundo a condição de migrante ou não em números absolutos e percentuais, 2010

Município	População em Idade Ativa					
	Pessoas		Total	Percentual		Total
	Não migrante	Migrante		Não migrante	Migrante	
Altamira	64 678	15 109	79 787	81,1	18,9	79 787

Itaituba	66 292	12 104	78 396	84,6	15,4	78 396
Marabá	139 728	45 428	185 156	75,5	24,5	185 156
Parauapebas	61 919	60 148	122 067	50,7	49,3	122 067
Santarém	210 304	24 262	234 566	89,7	10,3	234 566
São Félix do Xingu	61 279	12 702	73 981	82,8	17,2	73 981
Belém	1 076 120	111 906	1 188 026	90,6	9,4	1 188 026
População Economicamente Ativa						
Município	Pessoas		Total	Percentual		Total
	Não migrante	Migrante		Não migrante	Migrante	
Altamira	35 999	9 324	45 323	79,4	20,6	45 323
Itaituba	33 800	6 875	40 675	83,1	16,9	40 675
Marabá	75 645	27 552	103 197	73,3	26,7	103 197
Parauapebas	33 388	38 181	71 569	46,7	53,3	71 569
Santarém	112 226	13 439	125 665	89,3	10,7	125 665
São Félix do Xingu	28 851	6 636	35 487	81,3	18,7	35 487
Belém	598 615	64 974	663 589	90,2	9,8	663 589
População Ocupada						
Município	Pessoas		Total	Percentual		Total
	Não migrante	Migrante		Não migrante	Migrante	
Altamira	33 502	8 785	42 287	79,2	20,8	42 287
Itaituba	31 245	6 496	37 741	82,8	17,2	37 741
Marabá	68 175	25 059	93 234	73,1	26,9	93 234
Parauapebas	30 053	33 751	63 804	47,1	52,9	63 804
Santarém	102 567	11 989	114 556	89,5	10,5	114 556
São Félix do Xingu	26 418	6 210	32 628	81	19	32 628
Belém	537 146	58 252	595 398	90,2	9,8	595 398

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

A Figura 16 e a tabela do Apêndice 8, mostram a distribuição da população ocupada nos três setores da economia. Existe predominância do setor de serviços (terciário) em todos os municípios exceto São Félix do Xingu, onde 36% da população estavam ocupadas neste setor. São Félix do Xingu, por sua vez, é o município com maior percentual de população ocupada na agropecuária (primário).

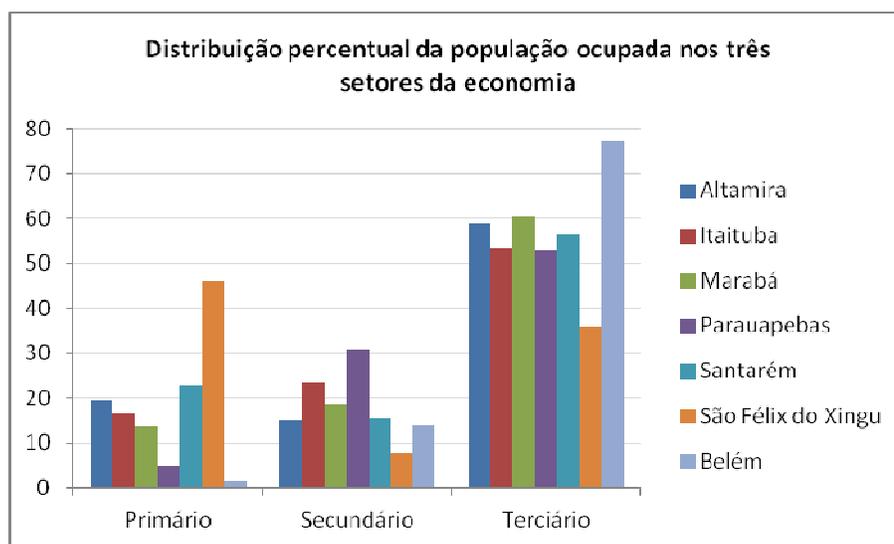


Figura 16 - Percentual de população ocupada total nos três setores da economia.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

Outra análise possível a partir da tabela do Apêndice 8 está na Figura 17. Percebe-se que em Parauapebas o percentual de população migrante ocupada na indústria (secundário) é superior a população não migrante, 34,6% e 26,7% respectivamente. Em Santarém, o percentual de população migrante no setor terciário supera os não migrantes, e no setor primário é o contrário, ou seja, o percentual de população não migrante é superior ao da população migrante.

População ocupada em cada setor da economia segundo a condição de migrante

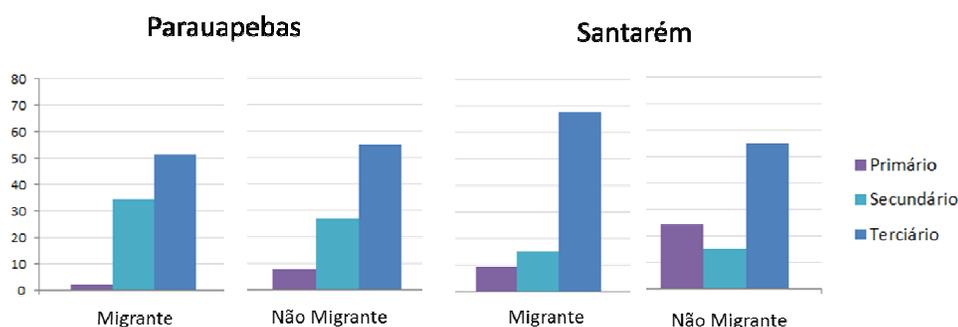


Figura 17 - Percentual de população ocupada em cada setor da economia segundo a condição de migrante, Parauapebas e Santarém, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

Na Tabela 8 e na Figura 18 apresentamos o Grau de informalidade para cada município. O Grau de Informalidade significa a relação entre a soma população de empregados sem carteira, mais os trabalhadores por conta própria, mais os trabalhadores não-remunerados em relação a soma dos trabalhadores protegidos (com carteira) mais os empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria, não-remunerados, mais os empregadores.

É interessante observar que a população migrante está mais inserida no mercado de trabalho formal do que os não migrantes, exceto em São Félix do Xingu e Belém. Porém, na capital do Pará, a diferença para os dois grupos de população é praticamente nula e a informalidade é baixa comparativamente as demais municípios. Apenas Parauapebas apresentou menor informalidade do que Belém.

Esse fato de a população não migrante ser mais informal do que os migrantes também foi observado para o Pará. O grau de informalidade foi 60,7 para os migrantes e 65,1 para os não migrantes.

Tabela 8 – Grau de informalidade da população residente não migrante, migrante e total segundo município de residência em 2010.

Município em 2010	População residente
-------------------	---------------------

	Não migrante	Migrante	Total
Altamira	65,54	63,08	65,02
Itaituba	69,00	66,42	68,55
Marabá	55,23	51,28	54,15
Parauapebas	43,56	38,32	40,75
Santarém	66,26	62,93	65,88
São Félix do Xingu	68,67	72,90	69,47
Belém	49,44	49,62	49,46

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Grau de informalidade segundo a definição 1 do IPEA: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores); Elaboração dos autores.

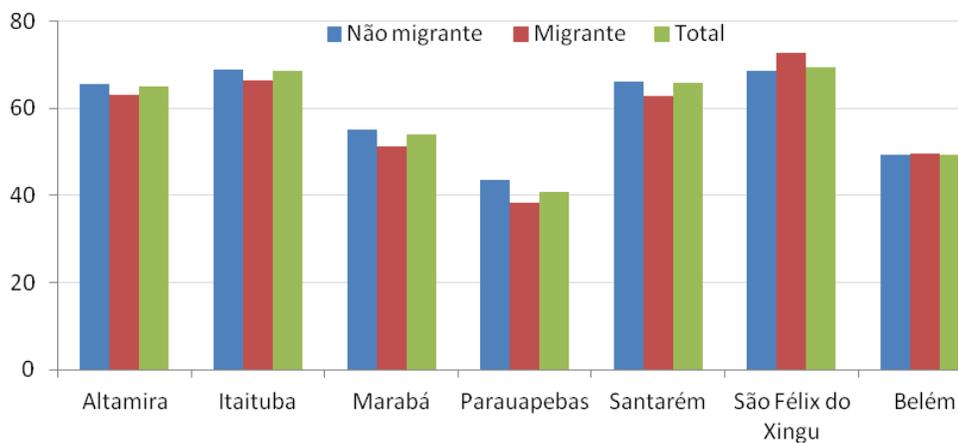


Figura 18 - Grau de Informalidade da população, segundo a condição de migrante.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

Em relação aos rendimentos, observamos que os migrantes apresentam rendimento maior do que a população de não-migrantes. Essa diferença aparece destacadamente em Santarém em que a população migrante tem o dobro do rendimento médio em relação àqueles que residem há mais de dez anos.

Tabela 9 – Média e mediana do rendimento no trabalho principal (R\$) dos migrantes e não migrantes segundo município, 2010.

Município em 2010	Não migrante		Migrante	
	Média	Mediana	Média	Mediana
Altamira	830,80	510	1 058,83	600
Itaituba	811,93	510	1 208,98	600
Marabá	960,22	580	1 251,56	630
Parauapebas	1 150,26	800	1 285,07	800
Santarém	685,85	510	1 380,06	600

São Félix do Xingu	832,48	510	862,08	510
Belém	1 332,60	600	1 554,25	600

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

4. Considerações finais

Em termos de origem dos imigrantes dos municípios-nós as figuras nos Apêndices 4, 5 e 6 contêm os mapas dos municípios de origem, o volume de imigrantes de cada município e os eixos principais de acesso (rodovias, ferrovias, rios). Os mapas permitem visualizar alguns aspectos interessantes:

- Belém é uma origem importante para os municípios de Santarém, Altamira, Marabá e Parauapebas;

- os municípios ao longo das principais rodovias são origem de parte significativa dos imigrantes;

- esse é o caso, por exemplo, dos municípios ao longo da Transamazônica, que pode ser identificada claramente através dos pontos que representam as sedes municipais, sendo mais evidente para os municípios de Altamira e Itaituba;

- no caso de Altamira evidencia-se também a importância do eixo definido pela Rodovia BR-163;

- nos casos de Marabá e Parauapebas há uma concentração dos municípios de origem na área compreendida pela divisa entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Nessa área destaca-se a ferrovia, que liga São Luís (MA) a Marabá (PA). Para esses dois municípios é evidente também a importância dos imigrantes originários dos municípios que estão ao longo do eixo da rodovia Belém-Brasília;

- para São Félix do Xingu é importante também o eixo Belém-Brasília, mas também a conexão com o Piauí;

- o caso de Santarém é que se diferencia dos demais, tendo em vista que recebe migrantes principalmente dos municípios próximos, e principalmente de municípios de estados do Norte, como Manaus e Amapá, o que poderia indicar um padrão mais associado aos rios como meio de transporte;

Importante lembrar que as estradas significaram um importante avanço do Estado nacional na Amazônia no sentido de federalizar as terras, mesmo as que não saíram do papel, ou seja, as que foram somente planejadas.

Nesse sentido, a Lei 1164 (BRASIL, 1971) declarava indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal construídas, em construção ou planejadas. Huertas (2007, p. 103) calcula que, “de uma tacada só, houve um verdadeiro confisco do controle de cerca de 21.500 mil km de terras contínuas, agora sob a supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)”.

Schmink e Wood mencionam que o processo de federalização das áreas estaduais através da criação ou proposta de criação de estradas pelo governo federal durante a vigência do decreto-lei 1164 (BRASIL, 1971), tornava áreas de interesse federal áreas no entorno das estradas, mesmo aquelas que não saíssem do papel. Esse dispositivo, que era automático, vigorou até ser revogado, em 1987 (Brasil, 1987). Como a lei não era retroativa, todas as áreas de entorno de estradas já planejadas (mesmo que não implementadas) continuaram como de interesse federal.

Em especial sobre a porção sul de São Félix do Xingu e Altamira, o decreto-lei 1473 (BRASIL, 1976) incluía no decreto de 1971 um trecho da BR-158, que ia de Barra do Garças até Altamira, passando por Xavantina, São Felix do Araguaia, São Félix do Xingu, numa extensão de aproximadamente 1.600 Km.

De acordo com Souza Jr. et al. (2005), as áreas protegidas tem freado o crescimento de estradas endógenas: “A presença de áreas protegidas tem freado, mas não impedido o avanço das estradas endógenas. De fato, o avanço dessas estradas é duas a três vezes menor nas áreas protegidas do que nas áreas não protegidas. Porém, as estradas endógenas têm avançado sobre as Terras Indígenas Menkragnoti, Kayapó, Trincheira Bacajá e Apyterewa (perto de São Félix do Xingu) e outras áreas protegidas como a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista do Arapiuns (perto de Santarém). Notamos um padrão sinuoso de estradas nas Terras Indígenas, indicando a exploração florestal ilegal nessas áreas. Além de avançar nas áreas protegidas, as estradas endógenas penetram nos grandes blocos de floresta potencialmente adequados para a criação de futuras áreas protegidas, como ocorre a oeste de São Félix do Xingu.”

Em síntese, as estradas representam a concretude do processo de ocupação, gerando formas de ocupação do território, e servindo como conexões que constituem uma rede da qual os municípios mais populosos do UrbisAmazônia são os nós. As estradas realizam atualmente as mesmas funções que os rios realizaram no passado. E dentre os 6 municípios focalizados pode-se dizer que 4 estão mais conectados através de estradas: Altamira, São Félix do Xingu, Marabá e Parauapebas. Estes dois últimos são também impactados pela presença da ferrovia que liga a região com São Luis (MA). Os outros dois municípios, Santarém e Itaituba, também estão em eixos rodoviários importantes; entretanto ainda se beneficiam das conexões propiciadas pelas malhas hídricas, conforme pode ser observado no Apêndice 4.

5. Referências

- BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 20, n. 39, 2012.
- BRASIL. Decreto-Lei N. 1164, de 1º de Abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências.(Revogado pelo Decreto-Lei nº 2.375, de 24.11.1987). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm
- BRASIL. Decreto-Lei N. 1473, de 13 de Julho de 1976. Altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1 de abril de 1971. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1473.htm#art1
- BRASIL. Decreto-Lei N. 2375, de 24 de Novembro de 1987. Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2375.htm#art11
- CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 2, p. 45-46, jul./dez. 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/wGndQV>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.
- CARMO, R.L.; D'ANTONA, A.O. Transição demográfica e a questão ambiental: para pensar população e ambiente. In: Álvaro de Oliveira D'Antona; Roberto Luiz do Carmo. (Org.). Dinâmicas demográficas e ambiente. 1ed.Campinas: Núcleo de Estudos da População Nepo/Unicamp, 2011, p. 13-23
- CARMO, R. L. do; JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A. F. A migração internacional recente na fronteira norte do Brasil. In: ARÁGON, L. E.; OLIVEIRA, J. A. de. (Org.). Amazônia no cenário Sul-Americano. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p.275-293.
- CARMO, R.L. Metrôpoles e Recursos Hídricos no Brasil. NEPO, 2007. 153 p. (Relatório de pesquisa do Projeto CNPQ - Metrôpoles e Recursos Hídricos no Brasil - Fase 2). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/linhas%20de%20pesquisa/populacao_ambiente/hidricos/>.
- CARVALHO, J.; SAWYER, D.; RODRIGUES, R. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998, 2. ed. rev. reimpr. Disponível em: <<http://goo.gl/lubmmi>>. Acesso em 10 de novembro de 2013.
- CORRÊA, Vinicius. Fronteira da exploração mineral na Amazônia: o setor mineral e a dinâmica demográfica da Mesorregião Sudeste Paraense. Campinas, 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- CORRÊA, V. M. S.; CARMO, R.L. O setor mineral e a dinâmica demográfica na mesorregião sudeste paraense. In: Julia S. Guivant; Pedro Roberto Jacobi. (Org.). Perspectivas ambientais: novos desafios teóricos e novas agendas públicas. 1ed.São Paulo: Annablume, 2012, v. 1, p. 327-346.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. Vol.20, no.39, 2012.

D'ANTONA, Álvaro (coord). Levantamento socioeconômico e demográfico da Terra do Meio. Produto 1: Diagnóstico socioeconômico da região da Terra do Meio. Versão Final. Campinas: Nepo/Unicamp, Junho/2009. 133p. [Relatório realizado a pedido do WWF-Brasil]

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Organização do espaço amazônico: contradições e conflitos. In: Amazônia, Amazonas. São Paulo: Contexto, 2001.

HOGAN, Daniel J.; D'ANTONA, Álvaro de O.; CARMO, Roberto Luiz do. Dinâmica Demográfica Recente da Amazônia. In. BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio; ALVES, Diógenes (Orgs.) Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo: Ed. USP, 2008. (p. 71-116).

HUERTAS, Daniel. Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, USP, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/AHhqc>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000: Microdados da Amostra. Rio de Janeiro, IBGE, nov. 2002.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Microdados da amostra. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

IBGE. Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010. IBGE, Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. Malha Digital Municipal do Brasil 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

PAES, Neir Antunes. Avaliação da cobertura dos registros de óbitos dos estados brasileiros em 2000. Rev. Saúde Pública [online]. 2005, vol.39, n.6, pp. 882-890. ISSN 0034-8910. <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v39n6/26981.pdf>>

PINHEIRO, A.; MAIA, B.; MONTE, L.; SABINO, T.; RIBEIRO, R. Dinâmica demográfica e políticas públicas urbanas em áreas de influência de grandes projetos econômicos no Estado do Pará: o estudo de caso de Altamira, Marabá e Parauapebas. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/A68XwU>> . Acesso em 10 de outubro de 2013.

PINHEIRO, A.; MAIA, B.; MONTE, L.; SABINO, T.; RIBEIRO, R. Dinâmica demográfica e políticas públicas urbanas em áreas de influência de grandes projetos econômicos no Estado do Pará: o estudo de caso de Altamira, Marabá e Parauapebas. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/A68XwU>> . Acesso em 10 de outubro de 2013.

PINHEIRO, A.; PENA, H.; AMARAL, M.; HERREROS, M. Dinâmica Urbana do Estado do Pará (2000-2008). In: PEREIRA, R.; FURTADO, B. (Org.) Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011. (490 p.) pp: 145-182. Disponível em: <<http://goo.gl/WEIVVo>> . Acesso em 10 de outubro de 2013.

PINHEIRO, A.; PENA, H.; AMARAL, M.; HERREROS, M. Dinâmica Urbana do Estado do Pará (2000-2008). In: PEREIRA, R.; FURTADO, B. (Org.) Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011. (490 p.) pp: 145-182. Disponível em: <<http://goo.gl/WEIVVo>> . Acesso em 10 de outubro de 2013.

SEPOF/PA - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará. Estatísticas Municipais. Governo do Estado do Pará, 2007.

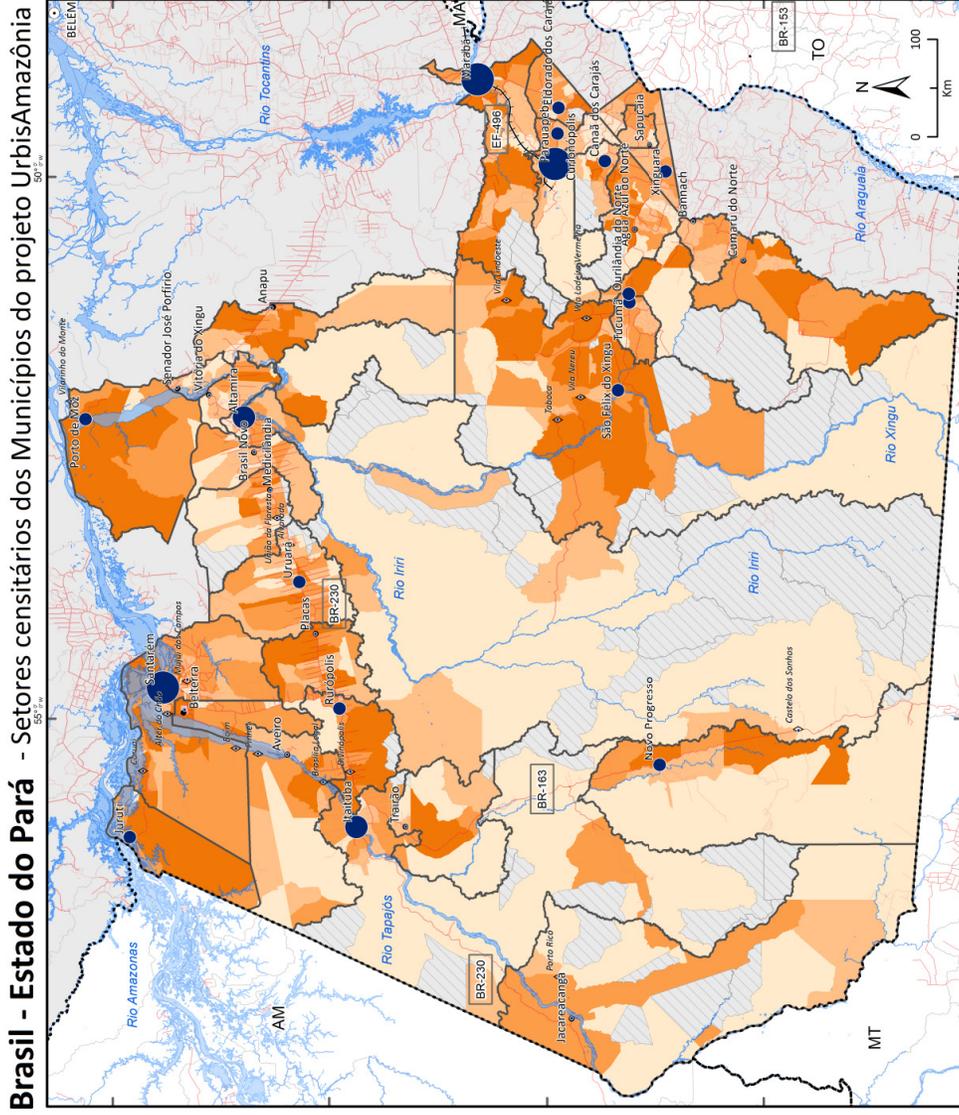
SOUZA JR., C., BRANDÃO JR., A., VERÍSSIMO, A., ANDERSON, A. Avanço das estradas endógenas na Amazônia. O Estado da Amazônia, 1, 2. Belém: Imazon, 2005. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/o-estado-da-amazonia/avanco-das-estradas-endogenas-na-amazonia-1>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

SZWARCWALD, Célia; MORAIS-NETO, Otaliba; FRIAS, Paulo; Paulo; SOUZA JÚNIOR, Paulo; ESCALANTE, J.; LIMA, R.; VIOLA, R. Busca ativa de óbitos e nascimentos no Nordeste e na Amazônia Legal: Estimação das coberturas do SIM e do Sinasc nos municípios brasileiros. In: Ministério da Saúde (Org.). Saúde Brasil 2010: Uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, p. 79 - 98. <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cap_3_saude_brasil_2010.pdf>

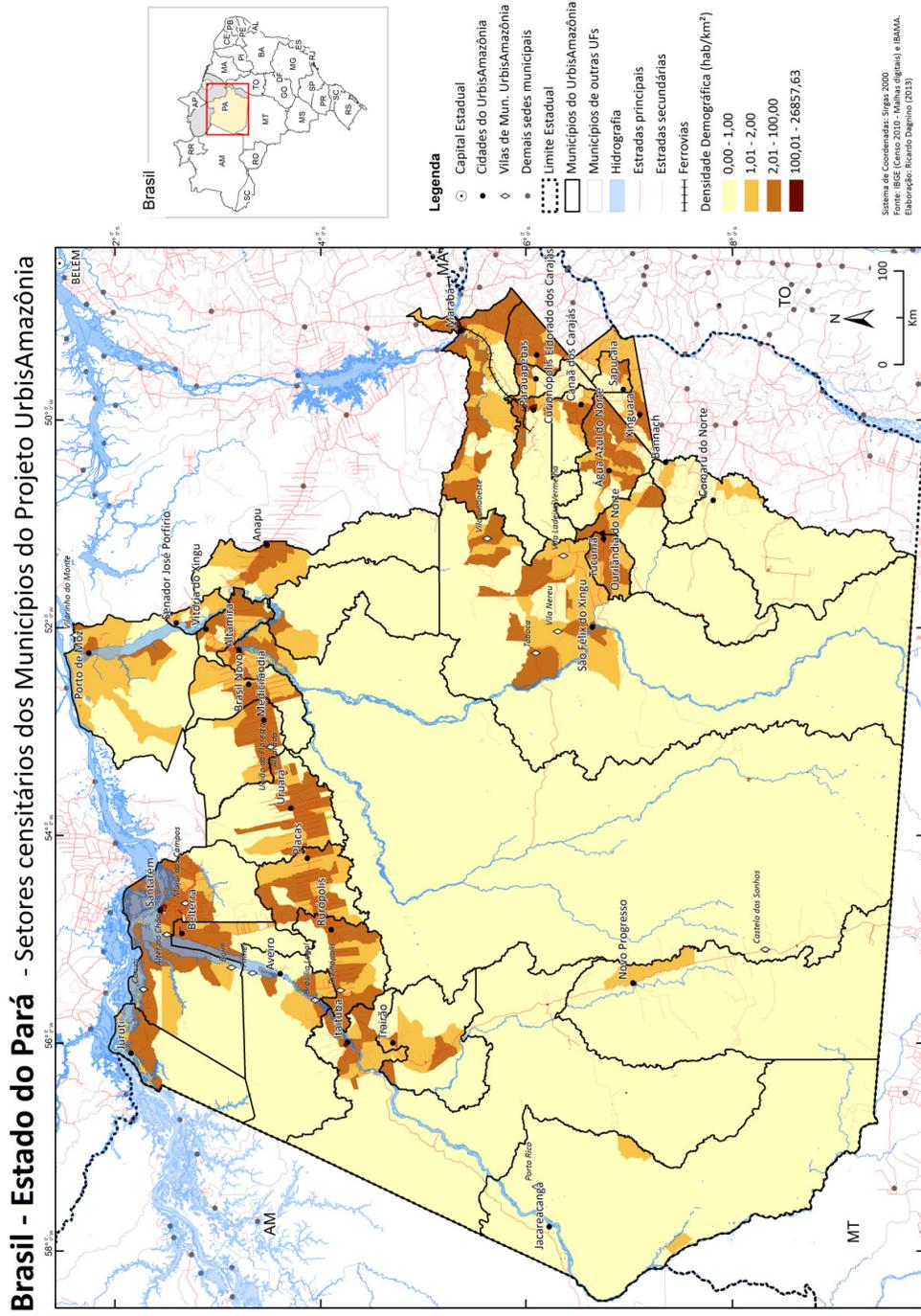
WONG, L.; CARVALHO, J. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/KN2Fht>>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

6. Apêndices

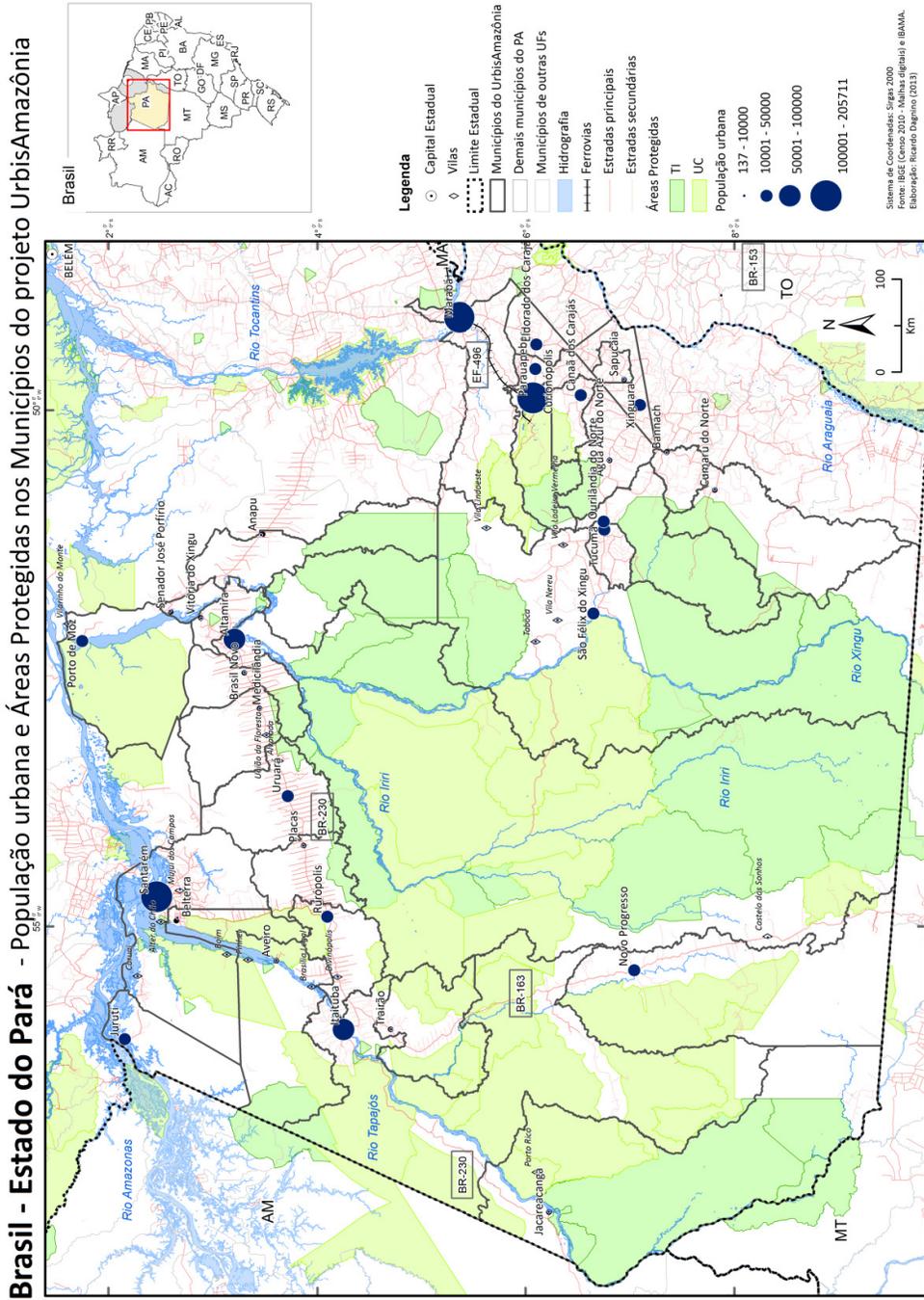
Apêndice 1 – População urbana e rural dos 31 municípios em 2010.



Apêndice 2 – Densidade demográfica da população total dos setores censitários (urbanos e rurais) em 2010.



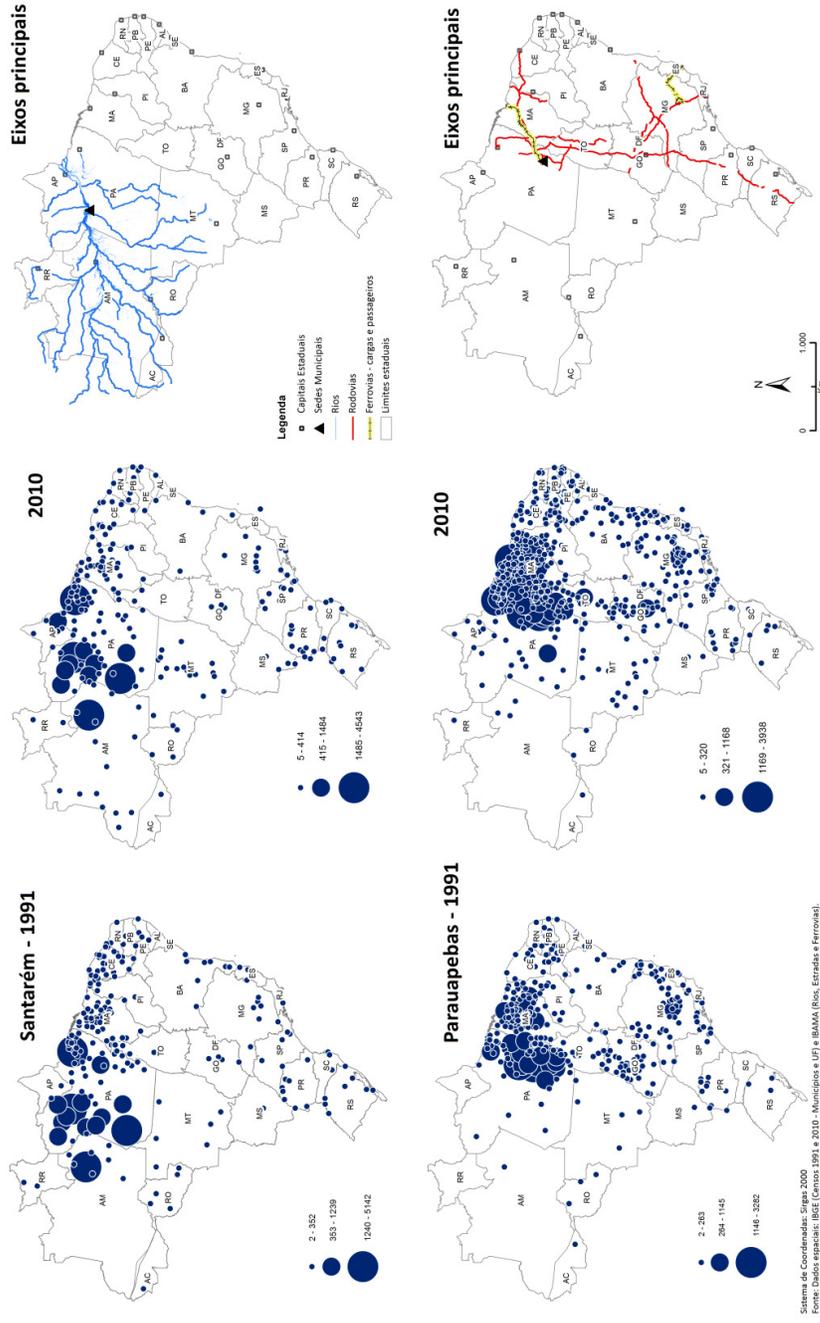
Apêndice 3 – População residente em áreas urbanas (vilas e cidades) e os limites das Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) em 2010.



Apêndice 4 – Residentes em Santarém e Parauapebas em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos.

Brasil - Estado do Pará - Municípios de Santarém e Parauapebas

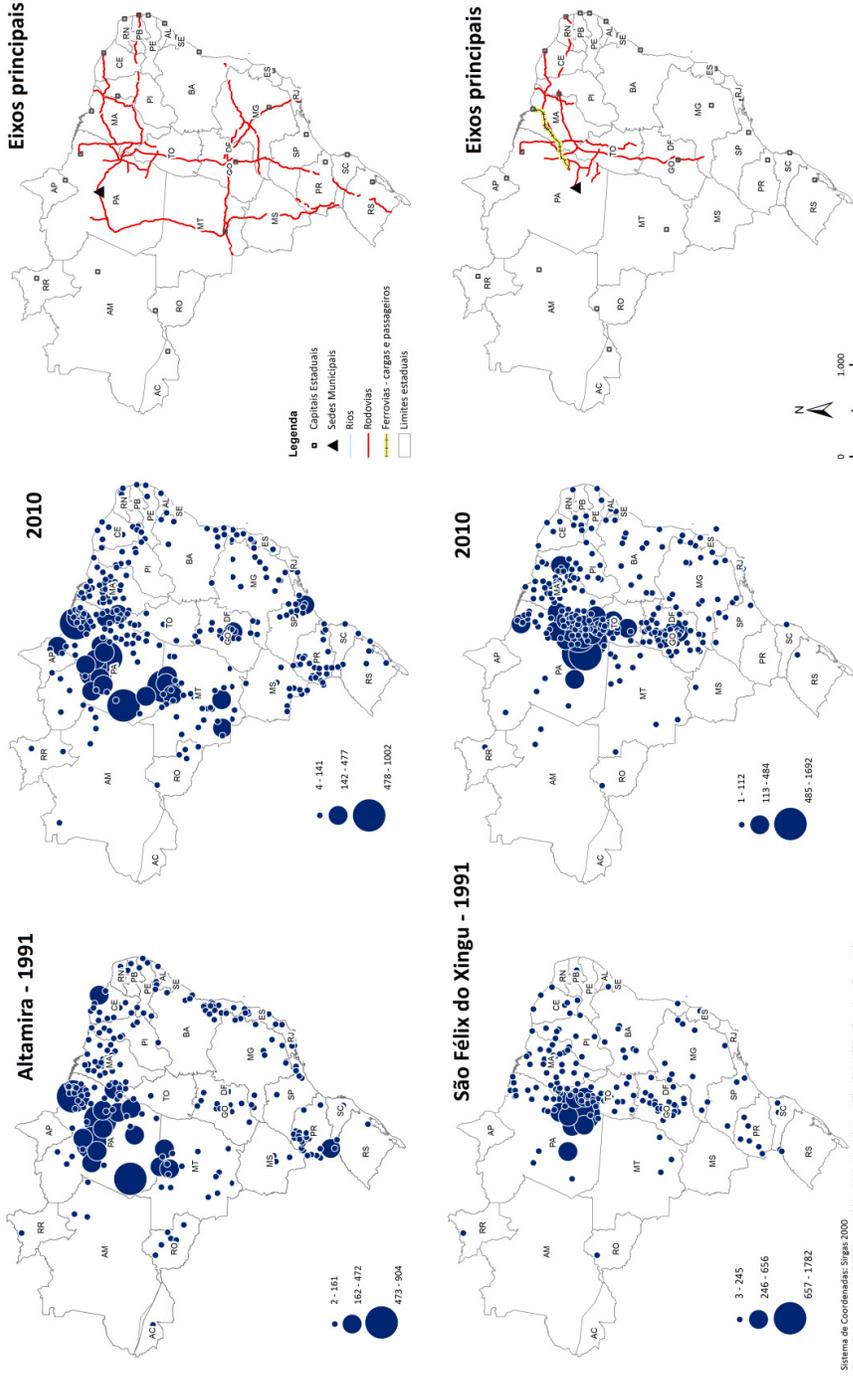
Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem (1991 e 2010) e principais eixos



Apêndice 5 – Residentes em Altamira e São Félix do Xingu em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos.

Brasil - Estado do Pará - Municípios de Altamira e São Félix do Xingu

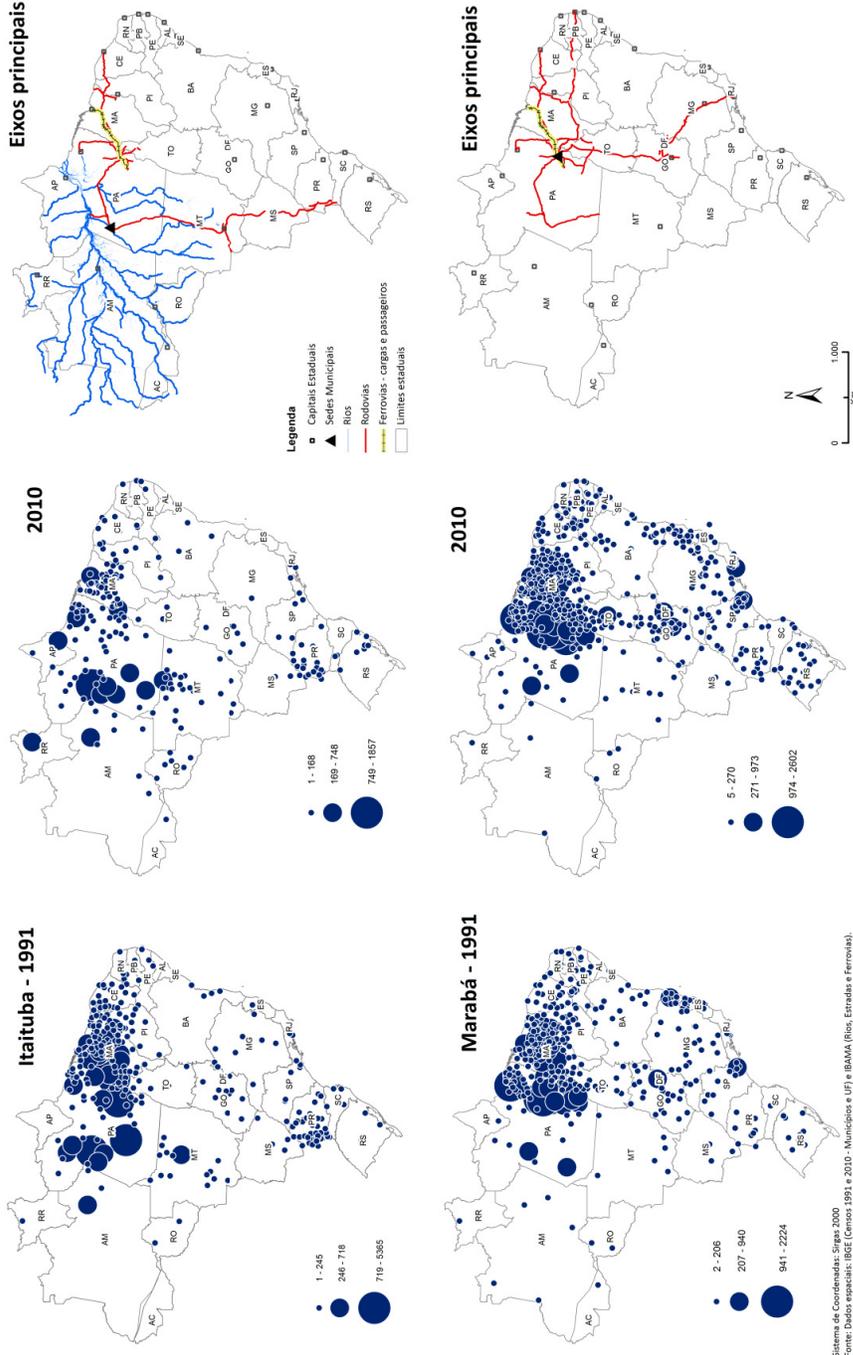
Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem (1991 e 2010) e principais eixos



Apêndice 6 – Residentes em Itaituba e Marabá em 1991 e 2010, segundo o município de origem (última etapa) e os principais eixos.

Brasil - Estado do Pará - Municípios de Itaituba e Marabá

Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem (1991 e 2010) e principais eixos



Sistema de Coordenadas: Srasys 2000
 Fonte: Dados especiais: IBGE (Censos 1991 e 2010 - Municípios e UF) e IBAMA (Rios, Estradas e Ferrovias).
 Dados estatísticos: IBGE - Microdados da Amostra (Censos 1991 e 2010)
 Elaboração: Ricardo Dageino (2013)

Apêndice 7 – Percentual de população migrante e não migrante segundo o sexo e os grandes grupos etários

Município em 2010	Não migrante											
	Masculino						Feminino					
	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total
	0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais	
Altamira	32,0	60,6	7,4	40 944	31,3	62,0	6,7	40 222	31,7	61,3	7,0	81 166
Itaituba	31,6	61,2	7,2	42 116	32,5	61,2	6,2	40 766	32,0	61,2	6,8	82 882
Marabá	33,2	60,2	6,6	90 359	32,4	61,3	6,3	88 216	32,8	60,7	6,4	178 575
Parauapebas	37,6	57,8	4,7	41 494	35,7	60,3	4,0	41 302	36,6	59,1	4,3	82 796
Santarém	32,7	59,4	7,9	131 663	31,7	60,0	8,4	134 110	32,2	59,7	8,2	265 773
São Félix do Xingu	29,6	65,5	4,9	40 606	32,1	64,5	3,4	35 708	30,8	65,0	4,2	76 314
Belém	25,4	66,3	8,2	600 526	22,0	66,7	11,2	666 008	23,6	66,6	9,8	1 266 534
	Migrante											
Município em 2010	Masculino						Feminino					
	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total	Grandes grupos etários			Total
	0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais	
	0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais		0-14	15-59	60 ou mais	
Altamira	22,7	71,4	5,8	8 875	26,7	68,2	5,1	9 034	24,8	69,8	5,4	17 909
Itaituba	27,4	68,7	3,9	7 565	29,2	67,1	3,8	7 046	28,3	67,9	3,8	14 611
Marabá	25,8	71,3	2,9	27 837	27,9	69,5	2,7	27 257	26,8	70,4	2,8	55 094
Parauapebas	23,0	74,7	2,4	36 398	25,7	72,2	2,2	34 712	24,3	73,5	2,3	71 110
Santarém	27,8	69,1	3,0	13 869	25,0	71,6	3,4	14 937	26,4	70,4	3,2	28 806
São Félix do Xingu	23,8	71,6	4,6	8 085	24,3	72,7	3,0	6 941	24,0	72,1	3,9	15 026
Belém	21,7	74,1	4,2	58 482	18,9	76,7	4,4	68 383	20,2	75,5	4,3	126 865

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

Apêndice 8 – População ocupada migrante e não migrante (em percentual) segundo setores da economia e município de residência em 2010.

Município em 2010	Não migrante						Migrante de outro município ou país					
	Setores da economia			Total			Setores da economia			Total		
	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	Total	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	Total		
Altamira	19,0	15,6	60,2	5,1	33 502	20,8	13,7	54,4	11,2	8 786		
Itaituba	17,1	23,1	53,7	6,1	31 244	13,5	25,1	52,4	9,0	6 497		
Marabá	14,4	17,3	61,0	7,3	68 174	12,1	22,3	58,8	6,8	25 059		
Parauapebas	7,9	26,7	54,8	10,6	30 054	2,5	34,6	51,5	11,4	33 751		
Santarém	24,5	15,3	55,3	4,9	102 567	9,6	15,4	67,8	7,1	11 989		
São Félix do Xingu	45,4	7,5	37,4	9,6	26 419	49,7	7,9	29,2	13,2	6 210		
Belém	1,6	13,9	77,3	7,2	537 146	2,6	15,3	75,9	6,2	58 252		

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: Elaboração dos autores

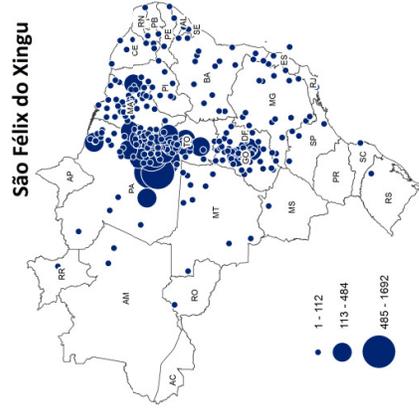
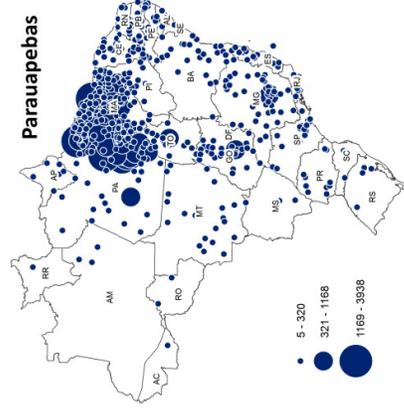
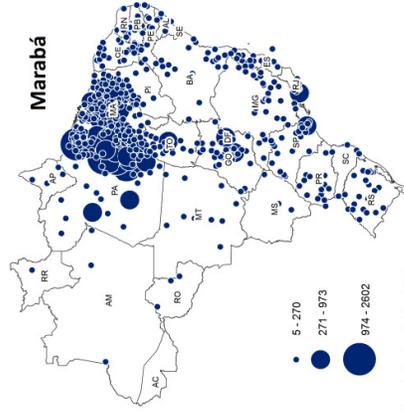
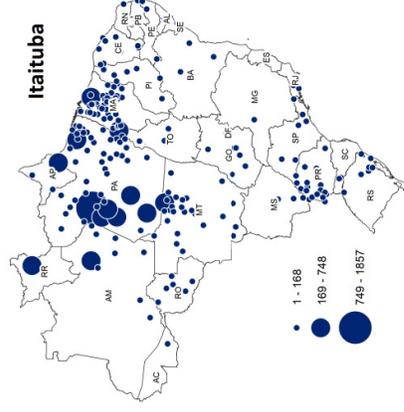
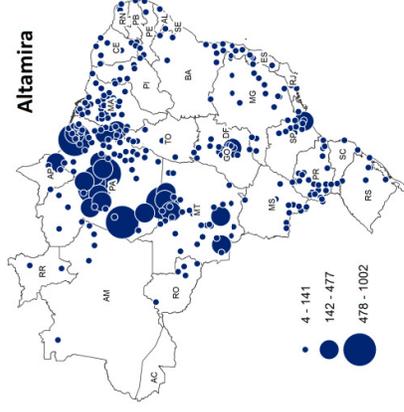
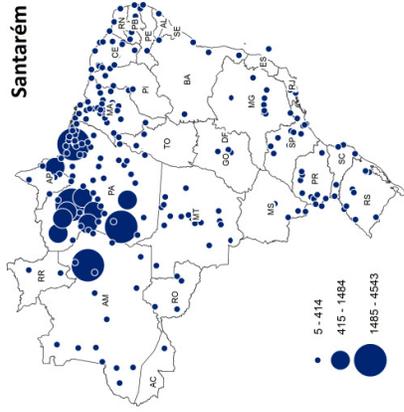
Apêndice 9 - Imigrantes de última etapa segundo município de residência em 2010 e principais municípios de origem do Maranhão.

Origem	Altamira		Itaituba		Marabá		Parauapebas		Santarém		São Félix do Xingu	
	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	Origem	Imigrantes (%)	
Imperatriz	18,7	Imperatriz	12,8	Imperatriz	13,0	São Luís	8,4	São Luís	20,7	Imperatriz	11,3	
Santa Luzia	6,9	São Luís	10,4	Açailândia	9,9	Imperatriz	5,8	Imperatriz	15,2	Açailândia	9,3	
Arame	6,6	Santa Luzia	7,2	Santa Inês	7,5	Santa Inês	5,6	Dom Pedro	5,4	Bacabal	6,5	
São Luís	5,8	Zé Doça	5,3	São Luís	6,5	Zé Doça	5,0	Araioles	4,5	Arame	6,5	
Porto Franco	4,6	Bom Jardim	4,8	Caxias	4,4	Bacabal	3,8	Bacabal	4,2	Barra do Corda	5,8	
Pedreiras	4,2	Timon	4,2	Barra do Corda	2,8	Buriticupu	3,6	Coroatá	4,1	Santa Inês	5,7	
São João do Carú	4,2	Buriticupu	4,5	Pedreiras	2,4	Açailândia	3,2	Pinheiro	3,6	Carolina	5,1	
Esperantinópolis	3,5	Santa Inês	4,4	Bacabal	2,4	Santa Luzia	3,1	Balsas	3,3	Timon	5,0	
Santa Inês	3,3	Presidente Dutra	4,0	Santa Luzia	2,3	Pindaré-Mirim	3,0	Buriticupu	2,9	Esperantinópolis	4,4	
Codó	3,0	Caxias	3,8	Codó	1,9	Pinheiro	2,8	Chapadinha	2,7	São Luís	4,2	
Total	60,9		61,7		53,0		44,3		66,6		63,8	
Imigrantes	1 409		2 217		15 023		30 479		740		1 488	

Apêndice 10 - Residentes nos seis principais municípios em 2010, segundo o município de origem (última etapa).

Brasil - Estado do Pará - Municípios selecionados - 2010

Volume de imigrantes de última etapa segundo o município de origem



Sistema de Coordenadas: Sirgas 2000.
Fonte: IBGE (Censo 2010 - Mapeamento digital) e IBAMA.
Elaboração: Inácio Paegle (2012).

Apêndice 11 - Residentes em Parauapebas em 2010, segundo o município de origem (última etapa) e principais eixos de transporte – com ênfase nos municípios do Pará e Maranhão.

Brasil - Estado do Pará - Parauapebas - 2010
Municípios de origem dos imigrantes de última etapa

